



# **Universidade Católica do Salvador**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais E Cidadania

Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

## **A FLEXIBILIZAÇÃO DAS FORMAS DE CONTRATO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DA BAHIA**

**PATRICIA MARIA DIAS VERISSIMO**

**Salvador  
2020**

**PATRICIA MARIA DIAS VERISSIMO**

**A FLEXIBILIZAÇÃO DAS FORMAS DE CONTRATO DOCENTE NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Mestrado – Políticas Sociais e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Desigualdades sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Maria Carvalho Borges

Salvador  
2020

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

V517 Veríssimo, Patrícia Maria Dias

A flexibilização das formas de contrato docente na educação básica da rede pública da Bahia / Patrícia Maria Dias Veríssimo. – Salvador, 2020.  
105 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Contratos 2. Direitos 3. Docente 4. Flexibilização 5. Insegurança  
I. Borges, Ângela Maria Carvalho – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 37.014.54(813.8)

## TERMO DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA MARIA DIAS VERÍSSIMO

“FLEXIBILIZAÇÃO DAS FORMAS DE CONTRATO DOCENTE NA BAHIA”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

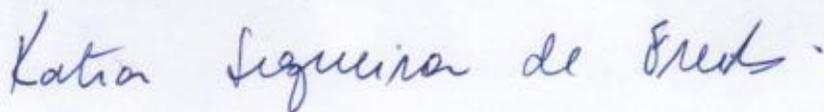
Salvador, 15 de abril de 2021.

Banca Examinadora:



---

Prof.(a)s. Dr.(a)s. Ângela Maria Carvalho Borges - UCSAL (orientadora)



---

Prof.(a) Dr.(a) Kátia Siqueira de Freitas - UCSal



---

Prof.(a) Dr.(a) Antônio Amorim - UNEB

## **AGRADECIMENTOS**

A nossa trajetória de vida é feita de encontros e devemos sempre agradecer aos bons momentos em que a vida nos proporciona.

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças para concluir essa etapa da minha vida acadêmica e em um período de pandemia, tão triste e difícil para todos nós. A minha família pelo apoio e compreensão que recebi, sempre estendendo os braços nos momentos em que eu mais precisei.

Agradeço a minha avó (em memória) por sempre ter acreditado em mim e no meu potencial e por todo o seu amor, dedicação e carinho, gratidão e amor eterno.

Agradecimento especial a minha orientadora professora Dra. Ângela Maria Carvalho Borges pela paciência e suporte na elaboração deste trabalho tão importante na minha vida.

Agradeço também a professora Dra. Kátia Siqueira e ao professor Amorim por participarem da banca examinadora, considerando suas observações desde o processo de qualificação e que contribuíram muito para a melhoria do presente estudo.

Aos meus colegas de mestrado, que tanto ajudaram nos momentos de aflição e que são uma parte essencial neste processo de ingresso na academia, compartilhando alegrias, dúvidas e sonhos.

Enfim, a todos que contribuíram afetivamente e intelectualmente para esta caminhada de construção de conhecimento.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas crê nas possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

*Paulo Freire*

## RESUMO

Nesta dissertação usada para conclusão do curso de mestrado são apresentados dados e análises sobre o processo de flexibilização das formas de contrato docente na educação básica da rede pública estadual da Bahia. O processo de reestruturação do Estado, na década de 90, teve como ponto relevante, a complacência e precarização dos contratos de trabalho, através da adoção de formas de contratação temporárias e sem a realização de concursos públicos criando um prazo determinado, por meios temporários ou por intermédio de prestação de serviço, com o advento de uma remuneração distinta dos padrões estabelecidos nos planos de cargos e salários. Estes se configuram nas mais diversas formas de precarização do trabalho e do aumento significativo da informalidade na contratação, nesta pesquisa apontada e criticada, e com isto, evidenciando um processo deletério de destruição do trabalho formal, com carteira assinada. Através do processo de entrevista, realizado com docentes da escola analisada, foram comprovados elementos de flexibilização e precarização do trabalho docente junto com o crescimento das atividades laborais realizadas pelos docentes e a sua intensificação se realiza por intermédio do expressivo aumento na quantidade de turmas, alunos, turnos de trabalho, número de aulas e quantidade de escolas lecionadas pelos professores. Também é evidenciada esta intensificação, através da participação dos professores nos diversos projetos e eventos da escola, fazendo com que estes se transformem em profissionais multitarefa, causando um processo de adoecimento à categoria pelo excesso de trabalho. Levando assim à conclusão de que, como foi demonstrado através das falas das profissionais entrevistadas, estas têm, uma sobrecarga de trabalho e redução dos direitos sociais vigentes ou mesmo perda de direitos trabalhistas, além de baixas remunerações e insegurança no ambiente de trabalho, devido à natureza transitória e prejudicial destes tipos de contratações pelo Regime Especial de Direito Administrativo.

Palavras-chave: Contratos; Direitos; Docente; Flexibilização; Insegurança;

## ABSTRACT

This research used as a requirement for the master's degree presents data and analysis of process of flexibilization in the forms of hiring teachers for basic education at the public network of Bahia. The process of State restructuring, in the 90's, has as relevance complacency and precariousness of jobs hiring through adaptation of temporary hiring without any public contest creating a prompt for temporary or intermediary of service provision coming with payment lower than the established at the plans of office and salary. Those result in diverse forms of precarity of jobs and a higher rate of informal hiring at this research pointed and criticized with this a process deleterious of destruction of the formal job, signed portfolio. Through the interview process realized with teachers of the

analyzed institution were proof elements of flexibilization and precariousness of their job along with the growth of labor work and its intensification through higher quantity of classes, students, shifts, subjects and school taught by them. All that and the participation of them at the school projects and events make of them multitask professional, creating then a process of sickness for the excess of labor. Concluding then that as shown by the speech of the professional interviewed that they have an overwhelming job and deprivation of social rights or even the lost of worker rights such as low payment and unsure of the job environment, due the transitional and harmful nature of this kind of hiring system by REDA.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1.1 Objetivos</b> .....	13
<b>1.2 Objetivos específicos</b> .....	13
<b>1.3 Justificativa</b> .....	14
<b>1.4 Hipótese</b> .....	15
<b>1.5 Metodologia</b> 16	
<b>2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO</b> .....	17
<b>2.1 Neoliberalismo</b> .....	17
<b>2.2 As modificações do sistema capitalista no século XX</b> .....	26
<b>2.3 Flexibilização do trabalho no mundo</b> .....	32
<b>3 REFORMA DO ESTADO</b> .....	38
<b>3.1 Reforma administrativa nos anos de 1990 no Brasil</b> .....	38
<b>3.2 Flexibilização do trabalho no Brasil</b> .....	43
<b>4 FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE</b> .....	49
<b>4.1 Flexibilização de contratos de trabalho docente no Brasil</b> .....	49
<b>4.2 O perfil do docente no Brasil e na Bahia</b> .....	55
<b>4.3. Flexibilização de contratos de trabalho docente na Bahia</b> .....	64
<b>4.4 Gastos com os contratos pelo REDA no período de 2017 a 2019</b> .....	72
<b>5 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO</b> .....	74
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações do capitalismo no final do século XX, através da implantação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, tem provocado um processo de destruição dos direitos até então vigentes no mundo do trabalho, devido a intensa necessidade do capital de expansão com o objetivo de atingir novos mercados, através de uma ampla abertura comercial e financeira e do predomínio econômico das grandes empresas transnacionais, o que vai tornar o mercado de trabalho cada vez mais flexível. Estas mudanças fizeram com que houvesse profundas alterações nas condições de emprego e renda, trazendo perdas sociais aos trabalhadores, aumento do desemprego e uma contínua precarização do trabalho, que tem como elementos preponderantes, a condição de instabilidade, adaptabilidade, inconstância, insegurança e fragmentação da classe trabalhadora além da destituição dos seus direitos sociais.

Com a crise do capitalismo internacional e implementação do neoliberalismo, a educação como agente social e político não poderia ficar isenta do que estava ocorrendo no cenário global e passou a incorporar os fundamentos do ideário neoliberal. Com isto no Brasil, as escolas públicas e privadas se adequaram a esta ideologia e começaram a implantar novos conteúdos voltados para atender as necessidades do capital e conseqüentemente para o mercado de trabalho através das reformas educacionais.

Segundo Oliveira (2004) a década de 1990 é caracterizada como uma nova era na educação brasileira, equivalente no que tange às transformações, à década de 1960, momento em que se registra o contexto do que seria vivido nas décadas posteriores. Conforme Oliveira (2004) o Brasil dos anos de 1960, se observava uma tentativa de adequar à educação às imposições do padrão de acumulação fordista e a avidez do ideal nacional desenvolvimentista, enquanto na década de 1990 tem a globalização como o seu padrão dominante e podemos observar este cenário através das reformas educacionais iniciadas na década de 1990.

De acordo com Oliveira (2004, p. 2) as reformas educacionais dos anos de 1960, “[...] que ampliaram o acesso à escolaridade, assentavam-se no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social individual ou de grupos”, ou seja, tratava a educação como uma ponte para redução das desigualdades sociais.

O arrocho salarial pontual Junior *et al.* (2006) foi um dos pontos principais da política econômica da ditadura militar e no espectro dos profissionais oriundos da classe média, os professores do ensino básico foram um dos profissionais mais atingidos pelas duras medidas econômicas deste período, reduzindo drasticamente os seus salários. Observa Junior *et al.* (2006, p.1166) que o processo de proletarização “teve” impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979”. A partir da década de 1970, evidencia-se no Brasil, a degradação das condições econômicas e do sistema público de ensino, ocasionando em resultados danosos no funcionamento das unidades escolares. Nas décadas de 1980 e 1990, as intervenções dos organismos internacionais se tornaram mais efetivas, interferindo sobre os caminhos da escolarização e sobre a formação dos professores.

As reformas educacionais iniciadas no Brasil na década de 1990, produziram diversas mudanças no trabalho docente e repercutiram em profundas transformações no trabalho dos professores. Como justificativa para a introdução das mudanças, o governo acenava com uma educação para a igualdade social, sendo impreterível firmar cidadãos para empregabilidade. Este conjunto de reformas na educação foram recomendadas pelo Banco Mundial e encontrou repercussão na política econômica e social no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso.

As inúmeras proposições que compuseram a reforma educacional recomendadas pelo Banco Mundial, criaram mais espaços para o mercado na educação pública brasileira e tinham como fundamentos principais o financiamento, o controle de gastos com a educação, a introdução de novos conteúdos e instrumentos de avaliação dos estudantes. Estas mudanças produziram impactos no trabalho docente, fazendo com que os professores

executassem variadas demandas dentro das unidades escolares, sobrecarregando o trabalho docente, o que levará a um profundo sentimento de desprestígio no exercício da sua profissão além de perda de autonomia e da sua própria identidade. Com isto, gera então um processo de desvalorização e desqualificação nas suas atividades, caracterizado como precarização do trabalho docente, fundamentando-se através do aumento dos contratos temporários, arrocho salarial e perda de direitos sociais e previdenciários

A ideologia neoliberal provoca um processo de precarização do trabalho no magistério e em todos os demais setores, através da corrosão do trabalho regulamentado e contratado e a posterior substituição desse tipo de trabalho dito formal pelo trabalho temporário, informal e precarizado por intermédio de uma crescente e progressiva retirada de direitos dos trabalhadores. Com isto, elevou substancialmente o número de pessoas realizando trabalhos parciais, flexíveis ou que se encontre desempregados. A implementação de políticas específicas para retiradas dos direitos trabalhistas no setor público encontrou um aporte inicialmente através da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos anos 2000, em que se prioriza o credor financeiro no lugar das políticas públicas e de investimento no lado social e depois continuaram no governo Temer com a Reforma Trabalhista e com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 em 2016, que propõe um congelamento dos gastos públicos em setores prioritários como saúde e educação por 20 anos, afetando as políticas públicas que beneficiam diretamente os mais pobres e dependentes dos serviços oferecidos pelo Estado.

Segundo Piovezan *et al.* (2019) a flexibilização do trabalho docente, decorre do aumento das atividades laborais realizadas pelos professores e o aprofundamento do trabalho docente que se percebe através do aumento efetivo no número de aulas, alunos, turmas, turnos de trabalho e unidades escolares em que os professores lecionam, além da participação dos docentes em projetos, transformando-os em profissionais multitarefa e polivalentes, igualando os docentes aos profissionais do setor empresarial. Desta maneira, os docentes não dispõem de tempo hábil para preparação das suas aulas e para reflexão sobre a sua carreira.

De acordo com Piovezan *et al.* (2019) nas últimas três décadas, as reformas administrativas, causaram uma modificação nas legislações educacionais conforme as exigências de controle, fiscalização de políticas, eficácia e competência com inspiração em um enfoque gerencial. Um dos maiores elementos da precarização do trabalho docente nas últimas três décadas é o aumento de trabalho e a escassez de tempo para realizar um aprimoramento na sua profissão.

De acordo com Assunção *et al.* (2009) os efeitos da precarização do trabalho docente afetam não somente a saúde nos aspectos físicos e mental destes professores, mas a qualidade da sua atividade, uma vez que esta intensificação não se refere apenas ao aumento e acúmulo de obrigações no trabalho como às modificações impressas à qualidade deste trabalho. Conforme Sampaio *et al.* (2004), os elementos referentes à precarização do trabalho docente, não são atuais no Brasil, porém constantes e efetivos e conduzem as condições de trabalho e formação dos docentes.

Na Bahia, as reformas trabalhistas no campo docente sob a influência da ideologia neoliberal, se deram a partir da década de 1990, com a implantação do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) através da lei n. 6.403/1992 na gestão do então governador Antônio Carlos Magalhães. Tal contrato, tinha o objetivo de contratar agentes públicos em regime temporário e sem a realização de concurso público e tinha como premissa a modernização do Estado, em alinhamento com o projeto neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso. Mais à frente, surgiu uma nova modalidade de contrato: o REDA emergencial, antigo PST, que deriva de um processo de seleção simplificada, em que se analisa o currículo dos candidatos e se assina os contratos diretamente com a Secretaria de Educação.

Até 2016, havia um tipo de contrato chamado PST e neste referido contrato, os professores não possuíam relações formais com a Secretaria de Educação (SEC) além de não possuírem matrícula, contudo permaneciam por longos períodos nas unidades escolares. Os professores contratados via PST, tinham uma carga horária de 18 horas e eram chamados comumente de profissionais tapa buraco. Depois de 2016, o REDA emergencial foi implementado e ocorreu o término do PST, fazendo com que os docentes

passassem a ter uma matrícula na Secretaria de Educação (SEC) além de receber salário base como os demais profissionais do magistério, demandas que não aconteciam com os contratos do PST.

Observa-se que tais modelos de contratação gera uma insegurança nos profissionais, e revelam uma realidade problemática no ponto de vista da qualidade para o desenvolvimento da profissão, revelando demandas para esse entendimento. Diante da coexistência atual de dois modelos de contratação de docentes no estado da Bahia pelo REDA (emergencial e professor Padrão P - Grau III), questiona-se: os contratos de trabalho flexíveis na rede estadual de ensino impactam sobre as condições de trabalho dos professores a eles submetidos?

O presente trabalho tem como objeto de estudo a flexibilização e precarização dos modelos de contratos de trabalho docente pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) através dos dois atuais modelos (emergencial e professor Padrão P-Grau III) e suas implicações e impactos para os professores da educação básica da rede estadual da Bahia em termos de desigualdade e de precarização das condições de trabalho.

## **1.1 Objetivos**

Investigar se a flexibilização dos modelos de contrato dos docentes, através do REDA, causa precarização nas condições de trabalho dos professores na rede estadual de ensino.

## **1.2 Objetivos específicos**

Analisar os modelos de contratos estatutários e do REDA e estabelecer um quadro comparativo entre eles em relação a elementos como carga horária, quantidade de disciplinas lecionadas, remuneração, estabilidade no emprego, além de disponibilidade para preparação das aulas.

Levantar as condições de trabalho dos professores contratados pelo REDA em uma escola da rede estadual de ensino do estado da Bahia.

### 1.3 Justificativa

A motivação para construção deste trabalho partiu da experiência como docente concursada desde 2006, em uma escola pública da rede estadual da Bahia, localizada no subúrbio ferroviário de Salvador. Tal experiência permitiu a vivência com outros profissionais docentes em diferentes tipos de contratos de trabalho e queixas pessoais diante dessa realidade.

Tendo em vista esta realidade específica, torna-se uma questão inquietante, haver um número tão expressivo de professores contratados pelo REDA, que tentam desempenhar suas funções diariamente, todavia encontram toda uma gama de dificuldades tanto físicas como pedagógicas nas unidades escolares em que atuam, além de relatos de terem os seus direitos sociais subtraídos, com elementos de flexibilização e precarização da atividade docente, traduzidos em baixos salários, falta de estabilidade profissional, através de contratos por tempo determinado em caráter temporário, de no máximo 4 anos e outros elementos que levam a uma pretensa proletarização do trabalho docente.

Em observação diária através da atuação docente na unidade escolar, verificamos uma diversidade de profissionais no referido contrato, que dispõe de pouco tempo para realização de estudos, atividades fora da unidade escolar e para o planejamento pedagógico, além de cumprirem uma carga horária mais extenuante em comparação aos professores efetivos do Estado. A realização deste trabalho tem como fundamento, lançar um olhar mais aguçado e sensível a uma classe tão desvalorizada e que merece todo o reconhecimento da sociedade, através de uma remuneração justa e condições dignas de trabalho para poder desempenhar sua função com êxito.

Além desta modalidade do REDA digamos tradicional através de seleção por processo seletivo, há ainda uma modalidade desde 2016, advinda do antigo Prestador de Serviço Temporário (PST), chamado REDA emergencial, contrato ainda mais precário do que o REDA dito tradicional, pois os professores desta modalidade de REDA, possuem uma carga horária de 18 horas, ou seja, muito superior ao que é determinado pelas leis que regem a atividade docente, o que

faz com que seja fundamental e imprescindível uma pesquisa efetiva acerca do tema flexibilização e precarização do trabalho docente

Diante das mudanças do capitalismo e suas crises afetando o mundo do trabalho, o modelo econômico neoliberal se estabeleceu no Brasil a partir da década de 90. De acordo com esta conjuntura, tivemos diversas mudanças que impactaram a área educacional, tornando-se indispensável a discussão do tema flexibilização e precarização dos contratos de trabalho docente, por entendermos as diversas formas de contratação e as suas implicações para as condições de trabalho dos professores, haja vista ser fundamental oferecer condições de trabalho dignas a todos os professores, sejam efetivos ou temporários.

É de suma importância o estudo deste tema pois estes modelos de contratação temporária, implementados pela doutrina neoliberal, proporcionam aos professores uma redução de direitos sociais e trabalhistas, além de instabilidade profissional no exercício da sua atividade. Por fim, a pesquisa ora proposta apresenta relevância social por afetar trabalhadores com função socialmente relevante, cuja precarização se traduz em deficiência dos serviços prestados com repercussões negativas para a sociedade e para as futuras gerações.

#### **1.4 Hipótese**

A introdução/ampliação de formas flexíveis de contratação de docentes, se mantém na atualidade como um dos principais elementos da falta de reestruturação das relações e das condições de trabalho na rede pública de ensino.

Estas contratações incessantes pelo REDA, podem gerar danos nas condições de trabalho dos docentes além de prejuízos no sistema de ensino, pois podem levar a perdas de direitos sociais e insegurança no exercício da sua profissão.

## 1.5 Metodologia

O trabalho realizado tomou como foco docentes da rede estadual de ensino da Bahia submetidos a contratos de trabalho flexíveis, que se distanciam dos contratos da maioria dos docentes da rede que acessaram o posto de trabalho por concurso público.

Para atingir os objetivos propostos e responder à questão formulada recorreu-se a uma pesquisa em caráter qualitativo, exploratório e descritivo, recorrendo a vários recursos.

Uma revisão de literatura que permitiu conceituar e contextualizar o processo de flexibilização dos contratos de trabalho, destacando as mudanças que acompanham as políticas neoliberais o Brasil e no mundo e a importância do Banco Mundial na formulação de políticas específicas para o setor da Educação. A revisão de literatura incluiu também a pesquisa e análise de trabalhos que trataram da mesma temática da pesquisa.

A análise documental que constou da análise da legislação, de editais de concurso, dados do INEP e de documentos produzidos no âmbito da administração pública do Estado da Bahia sobre os vários tipos de contrato e de informações quantitativas sobre a importância desses contratos na composição do quadro de docentes da Secretaria Estadual de Educação da Bahia.

Por fim, para uma melhor compreensão do processo de precarização que acompanha a flexibilização dos contratos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes com contrato temporário que trabalham em uma Escola da rede estadual de ensino, localizada em Salvador.

A escolha da Escola e dos entrevistados foi ajustada às condições excepcionais impostas pela pandemia do COVID 19, que acompanharam todo o período da elaboração da pesquisa de campo, de modo a assegurar a sua exequibilidade.

## 2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

### 2.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo foi adotado na década de 1970 por Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e foi seguido nos Estados Unidos pelo presidente Ronald Reagan na década de 1980. Conforme (HARVEY, 2008, p.6) o neoliberalismo é em “primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais” e tem como características, sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio, além do afastamento do Estado na economia, deixando o mercado atuar livremente, sem interferências. De acordo com (PAULANI,2006, p.79), “a atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo, mas o interesse de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação”.

O capitalismo teve seu pior momento entre a década de 70 e 80, com um declínio no crescimento econômico provocado por múltiplos fatores, dentre eles uma crise no petróleo, aumento inflacionário e esgotamento do modelo fordista. De acordo com (VICENTE, 2009, p.125) a “crise econômica e estatal resultou em favor do desmantelamento do sistema de Estado de bem-estar social, considerado ineficaz para reverter este quadro pouco promissor.” Assim, estes acontecimentos serviram de base para a implementação das políticas neoliberais. No Brasil, tais políticas foram introduzidas na década de 90, no contexto da globalização e de uma reestruturação produtiva que teve fortes e amplos reflexos sobre o trabalho, (no governo Collor (1990-1992) e no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Do ponto de vista dos trabalhadores, a reestruturação produtiva sob a hegemonia do ideário neoliberal, conforme Antunes (2006), fez com que a força de trabalho se tornasse mais heterogênea, os contratos de trabalho mais diversificados e precários e as relações de trabalho mais complexas. Com isto, evidencia-se um processo de maior vulnerabilidade da classe trabalhadora, com uma efetiva e crescente redução dos seus direitos sociais, implantação de

aparato tecnológico nas empresas, aumento da carga horária e redução de salários.

Compreendemos com as informações descritas e conforme Druck (2011), que ocorreram transições no capitalismo e evidencia-se em processos de mutação em que velhas e novas formas de trabalho sofrem alterações sob o viés neoliberal e isto coaduna com o processo de precarização do trabalho. Conforme Souza (2020) a precarização do trabalho, evidencia-se no hall das recentes modificações do sistema capitalista e se constitui como uma peça estrutural do modo de produção do capitalismo. Analisa Souza (2020) que a precarização do trabalho, concilia elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos. Para Araújo et al (2017) a precarização do trabalho, tem sido observada como um dos resultados mais concretos da flexibilização do mercado de trabalho. Debandando a proliferação de formas flexíveis de trabalho, dos recentes modelos de contrato e da redução da oferta de empregos tradicionais/permanentes. Isto vai naturalmente influenciar a educação que deixa sua função social e passa a se transformar em um negócio, fato que sempre ocorreu nas escolas da rede privada, provocando mudanças de práticas e novas demandas que irão sobrecarregar e desvalorizar o trabalho do professor nas escolas.

Para melhor compreendermos o processo de implementação do neoliberalismo inicialmente no cenário global e depois no Brasil como uma doutrina econômica, política, social e cultural, é necessário entendermos que foi um processo cujas influências foram vivenciadas em todas os setores da sociedade, universalizando os padrões e orientações em esfera mundial. Para analisarmos este processo, precisamos abordar historicamente, as principais propostas político-econômicas desta ideologia que influenciaram a forma de se pensar e compreender as relações sociais no espectro político no final do século XX e início do século XXI.

De acordo com Anderson (1995) o nascimento do neoliberalismo ocorreu depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo e foi uma reação contra o Estado intervencionista e de Bem-estar Social. Seu texto base é o Caminho da Servidão de Friedrich Hayek, que foi escrito em 1944. Segundo Silva (2003) Hayek explana em o Caminho da

Servidão, que o plano econômico defendido em algumas doutrinas socialistas gera o mesmo tipo de servidão presente nos Estados totalitários, revelando que os Estados socialistas têm estas mesmas características.

Conforme Anderson (1995) em 1947 enquanto as bases do Estado de Bem-estar Social na Europa do pós-guerra, se consolidavam efetivamente em diversos países, Hayek convocou seguidores que compartilhavam das suas ideias para uma reunião na estação de Mont Pèlerin, na Suíça e afirma Anderson (1995) tinha como objetivo principal combater o keynesianismo<sup>1</sup> e o solidarismo preponderantes e preparar terreno para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras. Continuando, conforme Paulani (2006, p.71) Para os que acreditavam nas imbatíveis virtudes do mercado, “[...] o igualitarismo promovido pelo Estado do Bem-Estar e o intervencionismo estatal, que impedia as crises, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”.

Definimos o Estado de Bem-estar Social de acordo com Paulani (2006) foi o movimento de regulação e intervenção do Estado que marcou o capitalismo após o fim da segunda guerra mundial e conduziu esses anos de ouro no capitalismo, isto é, foi um período de trinta anos em que ocorreu um crescimento da economia no mundo todo, além de redução do desemprego e inflação. Conforme Bresser Pereira (2017) Nessa forma de Estado “há um aumento indireto dos salários através, de um lado, de leis trabalhistas protegendo os trabalhadores, e de outro, da forte ampliação dos serviços sociais e científicos proporcionados pelo Estado”. Para Cadidé (2012, p.27) o Welfare State, “[...] fruto do pensamento keynesiano, resultou nos Estados Unidos, na política do New Deal, acolhida pelo presidente Roosevelt em 1933 e que continha programa de obras estatais para absolver os desempregados”. Este desenvolvimento e progresso proporcionado pelo Estado de Bem-estar Social, entretanto não levou ao enfraquecimento das ideias neoliberais como veremos adiante.

Apesar das conquistas sociais proporcionados pelo Estado de Bem-estar Social, a partir dos anos de 1970, o capitalismo internacional enfrentou um grave período de recessão, levando a desaceleração da economia e segundo Leme

---

<sup>1</sup> Doutrina político-econômica oposta ao liberalismo proposta pelo economista inglês John Maynard Keynes.

(2010) Alguns marcos históricos podem ser evidenciados para que se compreenda o porquê das reformas engendradas no Estado. Destacam-se as crises do petróleo em 1973 e 1979, a derrocada do bloco socialista (Perestroika e Glasnost) e a crise econômica atribuída aos estados centrados no *Welfare State*, além é claro do fim da Guerra Fria.

De acordo com as análises de Leme (2010) a “[...] nova onda de recessão econômica e de desaceleração do crescimento se juntava com a crise fiscal vivenciada pelos Estados”. Com isso, há espaço para uma nova emergência de novos teóricos radicados nas correntes liberais que reivindicariam para si o liberalismo econômico como a "única" alternativa para o Estado superar a crise instaurada praticamente em todo o mundo.

A ideologia neoliberal começava a ganhar espaço devido a configuração econômica desfavorável naquele momento e conforme Anderson (1995) a partir deste período, as ideias neoliberais passaram a prosperar na sociedade no qual encontrava uma consonância com o pensamento de Hayek e seus seguidores, que acreditavam que as raízes para a crise do capitalismo encontravam bases no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário. Hayek afirma que o movimento operário havia corroído as bases de acumulação capitalista com as suas reivindicações sobre os salários, pressionando a sociedade para que o Estado aumentasse cada vez mais com os gastos sociais. Com estes acontecimentos, começa a reverberar na sociedade as correntes de ideologia liberais, que tomam para si o liberalismo como via de pensamento único e capaz de solucionar este período de recessão em todo o mundo.

Observa Leme (2010) Esse "novo" paradigma começava a se firmar politicamente na década de 80, com os governos conservadores de Reagan, nos EUA, e, sobretudo, o de Margareth Thatcher, na Inglaterra. Ambos trataram de ampliar a consolidação das proposições neoliberais com uma política ativa de combate ao poder dos sindicatos, gerando a chamada "flexibilização" dos mercados e do contrato de trabalho, e a renúncia ao ideário de pleno emprego que, antes, era central no pensamento Keynesiano<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> De acordo com este pensamento, o Estado é um agente ativo contra a recessão e a alta no desemprego e se opõe ao liberalismo.

De acordo com Paulani (2006) descobre Thatcher que o discurso keynesiano do período anterior já não servia mais e o estímulo ao Estado garantidor do pleno emprego, que implicava em gastos públicos substanciais não podia mais continuar, dada a crise que então se vivia e que atingia o equilíbrio fiscal e o neoliberalismo constituía o discurso mais adequado para este novo momento.

Dito isto, de acordo com Leme (2010, p.3) “É este novo (velho) ideário liberalizante que surge como a (única) solução a crise econômica”. Sem dúvida, podemos afirmar que tal processo foi por parte do Estado, implementado no final dos anos 1970, com o advento do "Thatcherismo" na Inglaterra e início dos anos 80 com o "Reaganismo" nos Estados Unidos. Sendo assim, compreendemos por Druck (2011) que este período é a era identificada como de “uma mundialização inédita do capital, apoiada num projeto político e econômico de cunho neoliberal e que se concretizou essencialmente através de uma reestruturação intensa e longa da produção e do trabalho”.

Conforme Leme (2010) esse monetarismo se contrapõe as ideias anteriores do período entre o final da segunda guerra mundial até os meados da década de 1970, que tinha como fundamentos o aumento progressivo da intervenção estatal na economia e de políticas sociais voltadas para a socialização do consumo e para o efetivo emprego através do Estado de Bem-estar Social.

Segundo Bresser Pereira (2014) a lógica do Estado neoliberal se configura como a da insegurança, da competição e do risco que premiarão os mais capazes. Se na socialdemocracia, o Estado deve proteger os mais fracos ao mesmo tempo que estimula a competição regulada, reconhecendo a relação dialética entre defesa dos interesses individuais e solidariedade aos mais fracos, na visão do neoliberalismo, a competição de todos contra todos se torna um bem maior. A única proteção que o Estado deve garantir é a liberal, contra o inimigo externo e contra o crime, é garantir a propriedade e os contratos.

Complementamos nossas considerações sobre a ideologia liberalizante, com as observações de Harvey (2008, p.6) que o neoliberalismo é uma ideologia das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser “[...] melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades

empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

Segundo Bresser Pereira (2017) começa então a se configurar uma *nova forma de capitalismo* “caracterizado pela abertura comercial e financeira a mais ampla possível e pelo predomínio econômico das grandes empresas multinacionais e dos capitalistas rentistas e financistas associados a elas”. Nota Bresser Pereira (2017) que a globalização rentista e a ideologia neoliberal, onde alcançou seu auge nos anos de 1990 com a queda da União Soviética, estão em declínio desde o início dos anos 2000 e entraram em crise profunda em 2008 com a grande recessão. Esta crise se fundamentou na redução da hegemonia ideológica dos Estados Unidos, no grande recuo da globalização em todo o mundo, a partir de quando os países passaram a adotar políticas mais protecionistas porque tornou-se mais claro que as perdas de emprego nos países ricos, decorriam na maioria das vezes da concorrência principalmente da China e no recuo da financeirização gerada pelo aumento da regulamentação realizada nos anos de 1980 nos Estados Unidos e Reino Unido.

Após nossas considerações acerca do neoliberalismo no cenário mundial, trataremos neste momento do cenário brasileiro a partir da introdução da ideologia neoliberal no governo Collor, perpassando pelos governos posteriores, traçando um panorama histórico a partir da década de 1990 até a contemporaneidade, tendo como ponto de partida a grande influência exercida pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais no cenário político e econômico no Brasil para a inserção no modelo neoliberal, vigente no mundo.

De acordo com Leme (2010) as discursões chamadas de Consenso de Washington, como as reformas políticas e de ajustes econômicos em 1989, contando com a participação de integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e de representantes do governo dos Estados Unidos e de alguns países da América Latina, deixaram registradas algumas possibilidades da América Latina de se inserir no novo receituário global, o neoliberalismo. As tais recomendações destes organismos internacionais incluíam: a rápida privatização das empresas estatais, reformas constitucionais, principalmente na área fiscal,

desregulamentação dos aspectos econômicos em todas as instâncias, flexibilização dos direitos trabalhistas, diminuição dos investimentos estatais em políticas públicas básicas e as reformas no aparato burocrático do Estado. O Consenso de Washington serviu como orientação dominante nos anos de 1990 para os países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, onde obteve relativo destaque na implementação das reformas sugeridas pelo referido consenso.

No Brasil, a ideologia neoliberal foi implementada na década de 1990, no governo Collor, porém de forma mais intensificada no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme Galvão (2003, p.80) o neoliberalismo caracteriza-se “[...] por dois postulados fundamentais: a apologia do livre mercado e as críticas à intervenção estatal, oferecendo à burguesia novas frentes de acumulação de capital”. Estas medidas se viabilizam através de adoção de medidas como a privatização de estatais, desregulamentação dos mercados e transferências para o mercado privado de prestação de serviços em setores como saúde, educação e previdência social.

Segundo Paulani (2006) a profusão dos ideais neoliberais desde o governo Collor, foram produzindo os argumentos necessários para promover em um país recém-democratizado. Esse tipo de mudança, desde a eleição de Collor, passou a ecoar na sociedade com um discurso voltado para a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar os gastos públicos e abrir economia.

Ao contrário do que acontecia no cenário mundial, o Brasil aderiu tardiamente ao modelo neoliberal, como considera Corsi (2002), devido ao intenso movimento social autônomo dos trabalhadores, baseado no movimento sindical combativo dos metalúrgicos do ABC paulista, que levou a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e ao movimento de redemocratização pelo país. A Constituição de 1988, mostrava em partes, este contexto social, que contrastava com o clima de declínio dos setores de esquerda vigentes de outros países da região.

As políticas neoliberais não tinham ainda naquele momento base de sustentação social, contudo o momento da virada neoliberal ocorreu com a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva para Fernando Collor de Melo em 1989, abrindo espaço para introdução de políticas neoliberais pelo governo. Para

Paulani (2006) a necessidade de não deixar passar o bonde da história foi o argumento mais contundente no Brasil dos anos de 1990, para a introdução das medidas liberalizantes que levaria o país ao processo de globalização. Este processo tiveram as elites como aliados de extrema importância. Com a possibilidade de internacionalizar seu padrão de vida, juntamente com a de desterritorializar sua riqueza. Isto fez com que as elites abraçassem incondicionalmente o discurso neoliberal.

Conforme a análise de Bresser Pereira (2017, p.3) A hegemonia global e liberal transformou as “[...] duas formas que o Estado havia assumido nos 50 anos anteriores - o estado social e desenvolvimentista nos países desenvolvidos, e o estado desenvolvimentista nos países em desenvolvimento - em seus principais adversários”. Sob a perspectiva de classe, observamos que esta ideologia beneficiou o capital, garantindo ampliação de novos nichos de mercado através da ampliação do setor privado e do enxugamento do Estado, dando-lhes assim novas formas de acumulação de capitais.

Conforme Paulani (2006, p. 81) esse conjunto de transformações, que “[...] mudou a face do sistema produtivo, busca em última instância conferir ao capital a flexibilidade necessária para que aproveite as oportunidades de acumulação onde quer que elas se encontrem (no setor produtivo, no setor financeiro, nos negócios de Estado)”. Ou seja, o neoliberalismo segundo Paulani, é um regime de acumulação sob dominância financeira, já que flexibilidade é uma das características construtivas do capital financeiro. Ainda segundo (Paulani,2006 p.83) “[...] o movimento de centralização atingiu intensidade inédita na história capitalista, com a constituição de grandes massas de capital que dominam vários dos setores industriais e de serviços”.

De acordo com Filgueiras (2006) o processo de implementação do projeto neoliberal no Brasil perpassou por três momentos distintos: uma fase inicial, bastante turbulenta com a introdução das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro governo FHC) e por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, o qual consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo mandato FHC e governo Lula).

Verificamos, conforme Paulani (2006), que o processo brasileiro de privatizações começou no governo FHC e através dele não somente se abriram à acumulação privada como em muitos casos, se fez isso com dinheiro público, via BNDES. Outra medida liberalizante do governo FHC foi a transformação no sistema previdenciário para os trabalhadores do setor privado, sendo depois adotado para o setor público no governo Lula.

Conforme a análise de Filgueiras com a eleição (2006) o governo Lula deu prosseguimento à política econômica implementada pelo governo FHC, conduzindo dentre outras medidas liberalizantes, uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar prosseguimento a uma nova fase de privatizações com a aprovação das chamadas parcerias público-privado (PPP), com o objetivo de melhorar a infra- estrutura do país. Argumenta ainda Filgueiras (2006) que com o abandono do projeto histórico pelo PT, de caráter social-democrata- nacional- popular e com a continuidade das políticas neoliberais, o governo do ex-presidente Lula optou em não enfrentar as classes dominantes governando com e para o bloco dominante.

Seguindo a análise de Boito (2012) foi com a ascensão do PT à Presidência da República, que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento econômico. Ainda conforme Boito (2012) os governos Lula e Dilma buscavam o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, porém sem romper com os limites dados pelo modelo neoliberal.

Sem dúvidas, de acordo com Hermida (2018) o declínio na economia e a crise política que aconteceu no governo FHC, colocaram na pauta a necessidade de implementar mudanças políticas e sociais, radicais e profundas. Assim, mantendo uma relação de dependência e conflito com o grande capital internacional, os governos Lula e Dilma Rousseff constituíram um bloco no poder, que apesar de ter desenvolvido uma política econômica diferente do seu antecessor, não rompeu com os fundamentos do neoliberalismo.

Analisando o período de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, verifica-se ainda por Hermida (2018) que após o golpe jurídico-

mediático-parlamentar em 2016, ocorreu a desestabilização do sistema democrático brasileiro e a retomada da tradição neoliberal herdadas da era FHC, impondo perdas à classe trabalhadora se consolidando com o mandato do presidente Michel Temer.

Observa-se então por Filgueiras (2006, p.186) que nem de longe, está se vivendo uma “fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal –que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior”.

## **2.2 As modificações do sistema capitalista no século XX**

As mudanças no capitalismo no século XX, foram pautadas pelo esforço do capital para atingir todas as frentes possíveis, inclusive no mercado de trabalho. Estas transformações provocaram profundas alterações na sociedade e conseqüentemente nas relações de trabalho, consolidando um processo de flexibilização e precarização no mundo do trabalho e nas condições sociais dos trabalhadores na contemporaneidade.

O capitalismo contemporâneo com as suas atuais feições produzidas, tem demonstrado seu caráter destrutivo e prejudicial para a classe trabalhadora. Sem dúvida, podemos analisar as novas tendências do capital, através da substituição do padrão de produção fordista pelas formas flexibilizadas e desregulamentadas de produção, com a mudança do modelo social-democrata, do Estado de Bem Estar Social para a doutrina neoliberal.

Para tratarmos deste tema, faz-se necessário, inicialmente, conceituarmos capitalismo, para depois traçarmos um panorama histórico do período, discorrendo sobre como se deu o processo de transição do Estado de Bem Estar Social para a ideologia neoliberal e logo em seguida, descreveremos sucintamente neste capítulo os impactos destas transformações no mercado de trabalho.

Conforme Fontes (2017) o capitalismo predomina conforme a necessidade abstrata da valorização do valor. A propriedade fortemente concentrada de recursos sociais necessita converter-se em capital, extrair valor

e valorizar-se. Uma massa de indivíduos deve estar concorrendo entre si e aptos para garantir a atividade concreta que permite valorizar o valor, ou seja, o trabalho do qual se extrai mais valor. A sociedade capitalista ainda de acordo com Fontes (2017), repousa sobre a produção incessante de necessidades, a partir da necessidade do capital e estas necessidades do capital estão cobertas no formato de mercadorias. De acordo com Marx (2013, capítulo 1), a mercadoria é antes de tudo um objeto exterior, uma coisa que pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Essas necessidades podem ter origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão.

Após conceituarmos o capitalismo, analisaremos as transformações no sistema capitalista no século XX, referentes ao processo de transição do Estado de Bem Estar Social para a ideologia neoliberal. Para melhor compreensão deste período, iniciaremos com as considerações de Paulani (2006) sobre a prevalência do Estado de Bem Estar Social, analisando que o movimento de regulação e intervenção do Estado que marcou o capitalismo após a segunda guerra mundial, conduziu aquilo que ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo, ou seja, um período de quase trinta anos em que ocorreu um grande crescimento na economia em todo o mundo além de um nível baixo de desemprego.

De acordo com Leme (2010) o surgimento do Welfare State ou Estado de Bem Estar Social, ocorreu basicamente de três grandes fatores, o primeiro deles a Grande Depressão, uma derrota das poderosas economias baseadas no livre mercado; em segundo lugar, a economia soviética experimentava certo êxito num modelo centralizado de controle direto do Estado sobre a economia e a política, passando por um processo de industrialização com relativo sucesso e por último, o processo de ascensão de regimes fascistas e nazistas centrados contra o liberalismo econômico. Conforme (CADIDÉ, 2012, p.26) “[...] o Estado de Bem Estar Social foi também provocado pela pressão das massas e seus movimentos sociais.”

Segundo Esping-Andersen (1995) o Welfare State representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente foi um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de

extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente foi a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

Conforme (LEME,2010) Os três princípios essenciais do Welfare State, são a seguridade social, que é um auxílio ao trabalhador, caso ele perca sua capacidade de gerar renda; o aumento das oportunidades de emprego e renda, e por último, a ampliação das políticas sociais, de redistribuição de renda, que tem como finalidade, diminuir as desigualdades sociais. O Welfare State se estabeleceu durante praticamente 50 anos com uma efetiva supremacia. Contudo, a partir da década de 70, começou a demonstrar alguns sinais de esgotamento. Observa Leme (2010, p.4) “[...] a nova onda de recessão econômica e de desaceleração do crescimento se juntava com a crise fiscal vivenciada pelos Estados”. Nota-se por Cadidé (2012) que no final do século XX, na década de 1970, ocorre uma crise do capitalismo com uma redução substancial do crescimento econômico e enfraquecimento do fordismo. Estas mudanças foram pontuadas por um cenário de crise econômica na esfera global, provocado por inúmeros e complexos fatores como duas crises no petróleo, crises fiscais e hiperinflação.

No final da década de 1970, iniciou-se um processo a favor do desmanche do Estado de Bem Estar Social, o qual era considerado incapaz para reverter este panorama desfavorável, abrindo as portas para uma via única de pensamento liberal, no qual apresentaria respostas para esta crise. Segundo Vicente (2009) as políticas neoliberais se colocavam como as que ofereciam as melhores alternativas para a ascensão do capitalismo no embate com o bloco socialista durante a guerra fria. Desta forma, a ideologia neoliberal com o apoio dos organismos internacionais como, a ONU e o Banco Mundial, começa a ser implementada com uma política de ampliação das empresas transnacionais e maior desenvolvimento das tecnologias e do sistema financeiro.

Segundo (PAULANI, 2006, p.72) “É em meados dos anos 1970 que esse mundo vem abaixo, com as duas crises do petróleo (1973 e 1979), as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação”. Ainda conforme Paulani (2006) com a continuidade da crise e elevação de juros, ocorreu um

endurecimento em todo mundo com a classe trabalhadora por parte das empresas e dos governos.

Prossegue a análise de Paulani (2006), nos Estados Unidos, a recessão provoca uma redução substancial dos salários e o processo de enfraquecimento dos sindicatos, do término da política de rendas de Nixon e Carter e do avanço do processo de desregulamentação industrial, o qual vai auxiliar o processo de aquisições e fusões através da reestruturação das empresas, demissões crescentes e o abandono de acordos antes acordados com os empregados sindicalizados.

Com este panorama, começa a ecoar pensamentos de novos teóricos radicados no liberalismo que ordenaram para si, que o liberalismo econômico seria a única alternativa possível para o Estado se recuperar da crise instaurada praticamente em todo o mundo. O processo de mudança de pensamento contrário aos ideais do Estado de Bem Estar Social iniciou-se conforme Vicente (2009) na década de 1940, onde intelectuais do mundo inteiro se reúnem na cidade de Mont Pelerin para debater e criticar as ideias dos defensores do Estado de Bem Estar Social, advogando a implementação de um capitalismo livre de regras e de qualquer entrave que parasse o seu desenvolvimento.

De acordo com Harvey (2005) as figuras que preconizaram o pensamento neoliberal consideravam essenciais os ideais políticos de dignidade humana e da liberdade individual, tornando-se como os valores centrais da civilização. E estas formas de pensamento começaram a reverberar com mais intensidade na sociedade através dos movimentos dissidentes do Leste europeu e da União Soviética antes da Guerra Fria, assim como também os movimentos estudantis de 1968 de Paris e Chicago a Bancoc e Cidade do México.

Todos estes movimentos pregavam uma maior liberdade de expressão e de escolha pessoal. Nota-se por Vicente (2009) que as fórmulas do Estado neoliberal apareciam como as melhores soluções para aquele momento e para o progresso do capitalismo na disputa com o bloco socialista em plena época de Guerra Fria. Com isto, as políticas neoliberais começam a ser implementadas na sociedade como a transnacionalização, ou seja, avanço das empresas transnacionais e pela expansão das tecnologias modernas e o processo de financeirização.

Segundo Leme (2010, p.3) “Esse ‘novo’ paradigma começava a se formar e firmar-se politicamente na década de 80, com os governos “neoconservadores” de Reagan, nos EUA, e, sobretudo, o de Margareth Thatcher, na Inglaterra” Aponta (CADIDÉ, 2012, p.27) “[...] o traço neoliberal despontado na Inglaterra no governo Thatcher (1979), encontrou ressonância nos Estados Unidos com Reagan (1981) e depois se espalhou pelo mundo, impondo mudanças para um novo modelo de gestão”.

O ideário neoliberal era denominado como a ideologia de mercado e até os países com democracias sociais como Suécia e Nova Zelândia, aderiram a ideologia neoliberal, sendo que a crise do Estado de Bem Estar Social era reconhecida como uma crise financeira-fiscal. Conforme (CADIDÉ, 2012, p.27) na avaliação dos neoliberais, “[...] que se tornou dominante nos organismos multinacionais, Banco Mundial, FMI e OMC, não haveria mais condição de manter ou financiar os programas sociais ou preocupar-se com a proteção do emprego”.

Segundo Leme (2010) tanto Thatcher como Reagan ampliaram a implantação das políticas neoliberais, através do combate ao controle dos sindicatos, com as reformas na legislação sindical e trabalhista, levando a flexibilização dos mercados e do contrato de trabalho e a renúncia ao pleno emprego”.

De acordo com Paulani (2006) para definir as bases deste processo em que o mercado seria o comandante de todas as esferas do processo de reprodução material da sociedade, era necessário: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias, segurar com a mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários, privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais, que se considerasse essencial ou estratégico um determinado setor a abrir completamente a economia, produzindo concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade, ou seja, no modelo neoliberal, administra-se o Estado como se fosse uma empresa.

Conforme Paulani (2006) todas estas mudanças implementadas na sociedade que mudaram a natureza do sistema produtivo, pretendia dar ao capital a flexibilidade necessária para que este obtivesse as oportunidades de acumulação no setor produtivo, financeiro e nos negócios de Estado.

Segundo Druck (2011, p.4) “Nas análises da crise do fordismo, havia um consenso que apontava uma situação de saturação da produção em massa, com queda no ritmo da produtividade nos principais países do mundo e queda da lucratividade”. Convergindo com o comentário de Druck, pontua-se por (PAULANI, 2006, p.81), no modelo de produção fordista que caracterizou a fase anterior, as “[...] formas institucionais que vinculavam capital monetário e trabalho, capital produtivo e meios de produção, capital mercadoria e produtos acabados eram fórmulas rígidas, incompatíveis com um ambiente de acumulação em permanente ebulição”. Devido a este motivo, pode se entender por Harvey (2000) que este regime é de acumulação flexível pois é marcado por uma disputa direta com a rigidez do fordismo e se apoia na flexibilidade dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Conforme (HARVEY, 2000, p.140) este regime caracteriza-se pelo “[...] surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

Este aumento da flexibilidade e mobilidade permite que os empregadores imponham cada vez mais pressão de controle de trabalho sobre uma força de trabalho enfraquecida. Podemos com isto, compreender por Antunes (2000) que com estas transformações no modo de produção, criou-se uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, oriundos do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros dentre outras características.

Nota-se por Druck (2011) que as transformações ocasionadas pelo rompimento com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho baseado na flexibilização e na precarização do trabalho, seguindo as ordens do processo de financeirização da economia, que levaram a uma mundialização do capital num nível jamais alcançado.

Com estas considerações acima, podemos compreender como se deu o processo de transformação do sistema capitalista no século XX, através das mudanças dos sistemas de produção devido as crises do capitalismo ao longo do tempo e com isto ocorreu um processo de enfraquecimento da social-democracia através do Estado de Bem Estar Social e implementação da ideologia neoliberal a partir da década de 1970.

### **2.3 Flexibilização do trabalho no mundo**

Sem dúvidas, para analisarmos o processo de flexibilização do mercado de trabalho no mundo, é necessário tratarmos das transformações do capitalismo através da introdução da doutrina neoliberal na sociedade no século XX. Tais mudanças influenciaram de uma maneira decisiva o mundo do trabalho na transição do século XX para o século XXI, tendo como consequências novas configurações na organização do trabalho, renda e emprego, provocando um aumento nos elementos de precarização, desemprego, informalidade e perdas de direitos sociais da classe trabalhadora na contemporaneidade.

Para compreendermos a dinâmica acerca da flexibilização do trabalho, é pontual conceituarmos o que é trabalho, para assim podermos nos adentrar acerca da temática com mais profundidade. De acordo com (MARX, 2013, p.326) “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Ele coloca em movimento as forças naturais que pertencem a corporeidade, ou seja, seus braços e pernas, cabeça e mãos. Para (MARX, 2013, p.328) “[...] os momentos simples do processo de trabalho são em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e em terceiro, seus meios”.

A partir do século XX, o trabalho tornou-se elemento fundamental no processo de construção de identidade dos sujeitos e partindo desta premissa, conforme Araújo (2017) o trabalho é elemento salutar no desenvolvimento individual e social do ser humano. Contudo, apesar de promover contribuições no que se refere a metas pessoais e de colaborar na constituição da identidade do trabalhador como sujeito inserido em um determinado contexto social, o

trabalho também pode ser prejudicial, devido a exposição de riscos físicos, químicos e psicológicos ou pela privação material e posição socioeconômica desfavorecida, provenientes de baixa renda e de salários insatisfatórios.

Analisando a importância do trabalho na sociedade, podemos observar que, mesmo diante de um cenário de intensas modificações no mercado de trabalho, este não está em vias de desaparecimento, entretanto, os empregos estáveis e regulamentados têm mostrado sinais evidentes de declínio.

Nota-se por Druck (2011) que as contradições histórico-sociais do trabalho não permitem conclusões apressadas ou definitivas sobre rupturas e novas formas de trabalho ou de relações sociais, porque ao lado de novas condições e situações sociais de trabalho, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num processo de metamorfose.

Diante deste panorama de reconfigurações no meio do trabalho, verifica-se por Araújo (2017) que com a globalização dos mercados e do capital e o acirramento da concorrência internacional entre empresas, a pressão para a redução do custo do trabalho leva à diminuição do número de trabalhadores efetivos e à externalização de um número crescente de tarefas, bem como o deslocamento de tarefas e de empresas para zonas com salários mais baixos.

De acordo com Campos (2013) até a década de 1970, se estabelecia na sociedade, um modelo social de estabilidade nos empregos, com crescimento dos salários e da melhoria das condições de trabalho. Conforme Antunes (2004, p.336) “Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era verticalizada de tipo taylorista/toyotista”.

Este processo ainda observado por Antunes (2004) de proletarização vem reduzindo com a reestruturação produtiva do capital, sendo substituído por formas mais desregulamentadas de trabalho, ocorrendo uma diminuição de trabalhadores com contratos estáveis que se estruturavam através de empregos formais.

Segundo Druck (2011, p.42) nas “[...] análises da crise do fordismo<sup>3</sup>, havia um consenso que apontava uma situação de saturação da produção em massa, com queda no ritmo da produtividade nos principais países do mundo e queda da lucratividade”. Comparando com a fase em que vivemos atualmente, sob a internacionalização do mercado, observa Druck (2011) que embora tenhamos um crescimento econômico desacelerado, a lucratividade aumentou, juntamente com os ganhos do capital que nunca foram tão altos. Contudo, as mutações trazidas pelo rompimento com o padrão fordista, geraram outro modo de trabalho baseado na flexibilização e na precarização do trabalho, seguindo as ordens do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca alcançado.

Segundo Druck (2011) a hegemonia do setor financeiro, ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os setores da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida. De acordo com Vasapollo (2005, p.370) “Encontramo-nos, portanto, em um período de transição, o período da produção — do consumo maciço de sistemas de produção ao da distribuição flexível”. Ou seja, O desenvolvimento da comunicação, da linguagem, no âmbito da produção, é a verdadeira origem da mudança econômica e produtiva que estamos vivendo, fundamentadas na fase de transição do fordismo para o pós-fordismo.

Observa Vasapollo (2005) que as transformações nas culturas, nos esquemas intelectuais, e nas convicções políticas está vinculada aos processos econômico-produtivos e o seu desenvolvimento sociopolítico e econômico. Com isto, ocorre uma modificação dos padrões de vida, a partir das relações de força do conflito capital-trabalho. Com a transformação na sociedade como um todo, o mundo do trabalho também se modifica conseqüentemente.

Compreende-se por Tosta (2008) que no mercado de trabalho contemporâneo, novos tipos de contrato de trabalho, competem com o emprego tradicional assalariado. Contratos temporários, por tempo parcial, por produto,

---

<sup>3</sup> Temo criado por Henry Ford em 1914, refere-se aos sistemas de produção em massa e gestão, que foi utilizado em indústrias do mundo todo.

subcontratados, cooperados, empregados transformados em pessoal jurídica, são variadas formas para fugir das amarras do emprego regulamentado e formal.

Conforme Antunes (2011) Estas modalidades de trabalho, vêm ampliando as formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de auto exploração do trabalho). Ainda segundo Antunes (2011) Trata-se, de um processo de destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados.

Segundo as impressões de Druck (2011) trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e principalmente dos que produzem, ou seja, os homens e mulheres que vivem do trabalho. Este processo é justamente o que dá conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações.

Outra característica deste processo de transição do fordismo para o pós-fordismo afirma Vasapollo (2005) são as transformações ocorridas desde o período do segundo pós-guerra referentes ao desenvolvimento tecnológico, seja no método de produção, ou seja, no mercado de trabalho. A indústria está se modificando, os equipamentos criados para melhorar a produtividade do trabalho nos processos repetitivos, vêm na realidade, aumentando os ritmos e os encargos dos trabalhadores, sem responder com iguais incrementos de salários reais ou correspondentes reduções das jornadas de trabalho. Complementa ainda Vasapollo (2005) a informatização, do ponto de vista dos trabalhadores, além de provocar um desemprego estrutural, desqualificou o trabalho já existente, convertendo-o no chamado trabalho atípico, com forte conteúdo de precariedade.

Afirma Araújo (2017) a precarização do trabalho, tem sido percebida como uma das consequências mais visíveis da flexibilização do mercado de trabalho, que determina a proliferação de formas de emprego de caráter flexível, das novas formas de contrato e do declínio da oferta de empregos típicos/permanentes.

Observa-se por Mattoso (1993, p.136) “[...] que a fragmentação do trabalho, a contratação em condições de eventualidade e de precariedade e a deterioração do mercado de trabalho geraram uma maior insegurança na renda”. De uma parte o rendimento do trabalhador se tornou mais variável, instável ou sem garantia e por outro lado, aumentou a desigualdade social e os níveis de pobreza com o aumento da concentração da renda por parte da menor parcela da população que é mais favorecida. Com isto, segundo Antunes (2011) ocorreu um processo de corrosão do trabalho regulamentado e a substituição pelo trabalho informal, precarizado e com exploração da mão de obra.

Nota-se por Druck (2011) que a intensificação do trabalho ocorre através das metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho e exigência da polivalência e são sustentadas pelo medo de perder o emprego, pela terceirização do trabalho, práticas de assédio moral e ambiente organizacional que promove insegurança, sendo nocivo à saúde.

Conforme Padilha (2010, p.550), inúmeros exemplos poderiam ser mencionados para evidenciar que o mundo do trabalho “[...] é um jogo de forças comandado pelos interesses dos empregadores que, inserido num contexto socioeconômico mais desfavorável aos não-qualificados, impõe trabalhos precarizados a uma enorme camada da população”.

Este fenômeno faz com que uma grande parcela da população encontre-se realizando trabalhos informais, parciais ou estão desempregados e o capital substitui o trabalho estável pelo informal com uma intensificação da informatização com o objetivo de buscar uma maior produtividade.

Nota-se por Tosta (2008) que a flexibilidade do trabalho, transforma a relação social entre capital e trabalho, entre a administração e os trabalhadores e entre os próprios trabalhadores. Afirma ainda Tosta que, uma outra característica das novas relações de produção, é a superexploração com a imposição de condições desfavoráveis para certas categorias de trabalhadores pela sua vulnerabilidade em relação à discriminação, como negros, mulheres, jovens e imigrantes.

Outra categoria que sofre uma efetiva discriminação no mercado de trabalho são os considerados idosos pelo capital. Nota-se por Antunes (2004)

que esta categoria com idade próxima dos 40 anos, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho.

De acordo com Araújo (2017) É neste panorama, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho, uma vez que os direitos ligados ao trabalho e à proteção social são entendidos como obstáculos à competitividade.

Concluimos a análise sobre o mundo do trabalho com Antunes (2006), onde cita que a força de trabalho tem se tornado mais heterogênea, os contratos de trabalho mais diversificados e precários e as relações de trabalho mais complexas. Com isto o trabalho vai se tornando cada vez mais precário e os trabalhadores se tornem cada vez mais vulneráveis e sem direitos trabalhistas.

### **3 REFORMA DO ESTADO**

#### **3.1 Reforma administrativa nos anos de 1990 no Brasil**

Certamente, para iniciarmos as considerações sobre a Reforma do Estado no Brasil na década de 1990, é imprescindível começarmos traçando um panorama histórico acerca do processo de reestruturação do Estado brasileiro neste período com a introdução da ideologia neoliberal no país. O modelo neoliberal trouxe consequências nefastas para os trabalhadores tanto do serviço público como da iniciativa privada e este processo se sucedeu através da implementação de uma agenda de reformas estruturantes, iniciadas no governo Collor, contudo estabelecidas de uma maneira mais acentuada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e tendo continuidade na contemporaneidade.

Iniciaremos nossas impressões, conforme Cadidé (2012, p.35) “[...] a Reforma do Estado no Brasil teve início com a crise do regime autoritário vigente desde a década de 1960 e de seu modelo desenvolvimentista”. Na década de 1980, importantes mudanças são implantadas com as reformas das finanças públicas contudo, analisa Cadidé (2012) na década de 1990 é que houve realmente uma implementação de uma grande reforma que marcou as transformações com grande impacto no plano estatal, como resultado de uma nova ordem econômica globalizante sob a hegemonia do capital financeiro.

Como observa Filgueiras (2006) a partir da eleição de Fernando Collor em 1989, ocorre a união das variadas frações do capital em torno do projeto neoliberal, apesar das idas e vindas, contradições e conflitos internos, em virtude do medo das mesmas, de perderem o controle político da sociedade sob ameaça, expressa pelos seguintes eventos da classe trabalhadora: criação da CUT, as atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) responsáveis pela realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989. Diante desta configuração, o liberalismo que já havia sido implantado na maioria dos países da América Latina foi implementado no Brasil com todo o vigor no governo Collor nos anos de 1990 com um discurso liberal radical, aliado a uma abertura da economia e um processo de privatizações, inaugurando a chamada Era liberal no país.

Filgueiras (2006) analisa que o êxito deste projeto neoliberal imprimiu um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de expressar também a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Assim, neste novo modelo, faz parte da fração hegemônica do bloco dominante o capital financeiro internacional expresso através dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimento e dos grandes bancos dos países desenvolvidos, que conseguiram sobreviver ao processo de globalização graças a sua capacidade competitiva ou através da associação com os capitais internacionais e o capital produtivo multinacional.

Na era FHC, o governo tinha como característica mais preponderante o liberalismo econômico e conforme as análises de Sallum Jr (2000) esta ideologia liberal concretizou-se em iniciativas que modificaram institucional e patrimonialmente a relação entre Estado e mercado, tendo como um dos seus alvos principais a quebra de alguns dos alicerces legais da Constituição de 1988.

De acordo com Silva (2001, p.3) “Em agosto de 1995 foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional nº 173 que versava sobre a reforma do Estado brasileiro”. Desta maneira, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) inaugura um novo embate contra os direitos sociais instituídos com a Constituição Federal de 1988. Ancorado pela popularidade e legitimidade nas urnas, analisa Silva (2001) o novo presidente começa o seu governo, organizando uma reforma abrangente nas políticas e nos aparelhos do Estado, com o objetivo de reduzir o custo Brasil, solucionar a crise econômica e garantir a inclusão do país na economia globalizada. Sua política é amparada na desregulação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a redução dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas liberalizantes.

Aponta Cadidé (2012), que o ponto chave das reformas administrativas reclamava por equilíbrio fiscal, por um novo sistema político e por uma remodelação do sistema burocrático. Analisa Cadidé (2012, p.37) “[...] nessa linha do estilo gerencial vieram a Emenda Constitucional 19/1998 com mais de 70 alterações no texto original da Constituição Federal e a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF)”. Nesta lei se estabeleceu um teto máximo para

o comprometimento dos gastos públicos com pessoal equivalente a 50% da receita na administração federal e de 60% nos estados e municípios, permitindo inclusive, demissões caso ultrapassasse este teto. Observa Cadidé (2012) que entre as mudanças resultantes da Emenda Constitucional 19/1998, destacou-se o fim do regime jurídico único, a introdução da figura jurídica do emprego público, fazendo distinção entre servidor público e empregado público, a extinção da isonomia salarial e a disponibilidade com remuneração proporcional. Estas mudanças demonstram o interesse do governo de restringir direitos considerados adquiridos pelos servidores, incluindo novos requisitos para a aposentadoria.

Conforme Bresser Pereira (1998) o “[...] Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento tornaram os empréstimos para a reforma do Estado prioritários”. As Nações Unidas promoveram uma reunião sobre a administração pública e de acordo com Leme (2010) os discursos denominados de Consenso de Washington era um receituário a ser cumprido pelos países que desejavam ajustar-se às novas circunstâncias, sugerindo políticas para os países em desenvolvimento. As sugestões para o Brasil, eram as que houvesse: a rápida privatização das estatais, as reformas constitucionais, a desregulamentação dos aspectos econômicos em todos os setores, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a diminuição dos investimentos estatais em políticas públicas e as reformas no aparato burocrático no Estado.

A agenda de reformas administrativas foi conduzida efetivamente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e de acordo com Couto e Abrucio (2003) as cinco primeiras emendas do governo FHC, foram todas referindo-se à desregulamentação dos mercados, desestatização e à abertura da economia. Uma das mais controversas foi a medida que acabava com o monopólio estatal na exploração do petróleo, além de outras medidas de cunho fiscal. No último ano do primeiro mandato aprovaram duas medidas referentes às reformas administrativa e previdenciária. Com estas implementações, solaparam inúmeros direitos para a classe trabalhadora conquistados através da Constituição de 1988. Analisa Cadidé (2012) que os êxitos reunidos na Constituição de 1988, perderam sua força e ficaram enfraquecidos devido à resistência que avançara em direção ao corte e diminuição do que se chamou de privilégios, sob o argumento que o país se tornara ingovernável.

Em relação ao controle de gastos no setor público, analisa Borges (2004) primeiramente, a redução de gastos com a máquina que se efetivou com o processo de enxugamento do quadro de pessoal, através de demissões, privatizações, terceirizações, redução de salário pagos e corte de benefícios.

Uma das políticas mais devastadoras praticadas contra os trabalhadores observa Borges (2004) se dá em nome do equilíbrio fiscal, colocado como meta e que levou ao congelamento dos salários por um longo período e à consequente proletarianização de vários segmentos do funcionalismo público.

Conforme Filgueiras (2006) a reforma administrativa permitiu a criação de instrumentos de demissão e contratação de funcionários para além dos concursos, flexibilizando também as relações trabalhistas no setor público, as duas reformas da previdência social, a primeira no governo FHC e a segunda no governo Lula, redefinindo as regras da aposentadoria, diminuindo os benefícios e direitos, em nome do chamado equilíbrio fiscal, abrindo espaço para a operação dos fundos de pensão privados.

Com a implementação da agenda neoliberal no governo FHC, observa Filgueiras (2006) houve um processo de reestruturação do Estado através do processo de desregulamentação, com a quebra de monopólios estatais em vários segmentos da economia, juntamente com a privatização das empresas públicas, diminuindo bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas, fortalecendo grupos privados nacionais e estrangeiros, dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos inúmeros grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais, além de permitir demissões em massa e enfraquecer o poder dos sindicatos.

Segundo as análises de Silva (2001) o projeto de Reforma do Estado, está amparado em três eixos principais: a privatização, a publicização e a terceirização. A privatização foi apontada como uma grande oportunidade do governo, para estimular a arrecadação de recursos a fim de equilibrar a economia, entretanto, mostrou ser muito eficiente para formar novos monopólios privados, principalmente nos setores de água, saneamento, energia elétrica e telecomunicações.

Conforme Bresser Pereira (1997) a palavra publicização foi criada para salientar que além da propriedade privada e da propriedade estatal existe uma terceira via de propriedade importante no capitalismo contemporâneo, a

propriedade pública não estatal. A publicização presume a criação de organizações sociais para transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, porém pública não estatal, são organizações financiadas pelo Estado contudo administradas por entidades privadas sem fins lucrativos.

Seguindo as considerações de Silva (2001, p.6) “O terceiro eixo é a terceirização através da qual o Governo transfere para o setor privado mediante contratos, serviços auxiliares ou de apoio como a limpeza, o processamento de dados e o transporte”. Continua Silva (2001) no processo de redefinição das atividades do Estado, o governo distingue as funções exclusivas do Estado, dos serviços sociais e científicos e da produção de bens e serviços para o mercado. Dentre as funções peculiares do Estado estão destacadas as de legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, estabelecer políticas e fomentar. Os serviços sociais e científicos serão financiados pelo Estado e prestados por organizações não estatais. Considerando o ponto de vista de Borges (2004), além da política de privatizações do governo, ocorreu um outro processo que conteve a expansão do emprego público na década de 1990, as terceirizações. Processo pelo qual fração importante das atividades antes desenvolvidas por empregados do governo ou das empresas estatais, passaram a ser realizadas por empresas contratadas ou empresas prestadoras de serviços. Ainda continua Borges (2004) em todos os serviços, a Reforma do Estado previu a transferência para a iniciativa privada de todas as atividades passíveis de serem organizadas lucrativamente, vendidas como serviços diretamente aos usuários finais ou ao próprio Estado.

De acordo com o Bresser Pereira (1997) terceirização é o processo de transferir para o setor privado, tarefas auxiliares ou de apoio. No seio do Estado estrito senso, onde se fazem as atividades peculiares de Estado, a específica distinção entre secretarias formuladoras de políticas públicas, agências executivas e reguladoras autônomas implica em criação ou redefinição das instituições.

Podemos concluir que a ideologia neoliberal se instalou firmemente no Brasil, trazendo resultados deletérios nas normas reguladoras do trabalho no setor público, ocasionando em perdas dos direitos sociais dos trabalhadores deste setor, sem ter proporcionado nenhuma melhoria nos serviços públicos

ofertados para a população. Segundo Cadidé (2012) a terceirização, a descentralização e a flexibilização das relações de trabalho não podem ser consideradas soluções adequadas para enfrentar todos os problemas

### **3.2 Flexibilização do trabalho no Brasil**

Seguramente, o processo de globalização do capital na contemporaneidade, fomentou um novo panorama nas condições de trabalho, emprego e renda da população. Este processo, propiciou em formas precarizadas de trabalho e tendo como resposta, um aumento substancial das novas modalidades de contrato de trabalho e da redução da oferta de empregos formais, como uma das consequências do processo de flexibilização do mercado de trabalho no Brasil.

Dito isto, será apresentado através deste os elementos históricos que corroboraram com o processo de flexibilização e da precarização dos contratos de trabalho no Brasil, sob a influência da implementação da ideologia neoliberal. Tendo como objetivo demonstrar os motivos pelos quais ocorreram o aumento do processo de proletarização do trabalho nas últimas décadas e quais as suas consequências do trabalho precário no Brasil. Por último, faremos algumas considerações acerca da Reforma Trabalhista realizada em 2017 no governo Temer e o seus impactos sobre a classe trabalhadora, consolidando um processo de opressão e retirada de direitos sociais e trabalhistas.

De acordo com Antunes (2011) se no século XX, observamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e no início do XXI e estamos diante de outras modalidades e modos de ser da precarização, referentes a fase da flexibilidade toyotizada.

Segundo Araújo et al (2017) O Toyotismo, ou modelo de acumulação flexível, é marcado por uma profunda segmentação do mercado de trabalho, acarretando uma significativa diferença em relação às condições de trabalho entre os trabalhadores estáveis e os trabalhadores periféricos, terceirizados ou temporários.

Ainda seguindo o ponto de vista de Araújo et al (2017) as práticas de acumulação flexível do trabalho “têm redefinido os locais de trabalho, constituídos por trabalhadores qualificados (valorizados pelo seu saber técnico) e por trabalhadores sem qualificação (subcontratados com baixos salários)”. Isto faz com que haja um número reduzido de trabalhadores bem pagos e com empregos estáveis e com amplas perspectivas de ascensão profissional. O que ocorre na atualidade, é que vivemos um panorama cada vez maior de instabilidade no mercado de trabalho, onde a classe trabalhadora vive sob ameaça de perder o emprego.

Seguindo esta lógica, Antunes (2011) descreve que estamos frente a uma nova forma de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda era moderna, aumentando os inúmeros modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho. Continuamos nossas considerações segundo as observações de Druck (2011) As formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção precários e sem proteção social. Este panorama, tem causado um efeito desolador no mundo do trabalho e como consequência deste processo, formas cada vez mais flexíveis e precarizadas de emprego para a classe trabalhadora.

De acordo com Kalleberg (2009) o “[...] crescimento do trabalho precário tem surgido como uma preocupação contemporânea central no mundo inteiro desde os anos de 1970”. Contudo, pelas considerações de Drummond e Castro *et al.* (2019) “Essas mudanças referentes ao trabalho se ampliaram nas décadas de 80 e 90, no Brasil, com a reestruturação produtiva”. E se intensificam na década de 2000, com a quarta revolução industrial, que tem o objetivo de inserir a tecnologia e a inovação nas relações de trabalho em uma amplitude jamais vista antes. Analisando ainda o panorama deste período específico continua Drummond e Castro *et al* (2019) as transformações ocorridas ao longo dos séculos mais atuais, tem mostrando o grande impacto para as organizações e trabalhadores através da expansão da tecnologia, novos modelos de gestão e produção. Com o advento das revoluções industriais e a expansão das tecnologias impulsionando o mercado de trabalho, aumenta-se a exigência de

competências a serem desenvolvidas tanto pelas corporações como para os trabalhadores.

Segundo Galvão (2003) o que se observa neste panorama é que as inovações tecnológicas têm como objetivo o aumento da produtividade e um maior controle sobre a força de trabalho e as estratégias do capital para conter a tendência de queda na taxa de lucro são as demissões, ataques aos sindicatos, corte nos salários sob a roupagem de polivalência, multifuncionalidade, trabalho em equipe, gestão participativa.

Ainda analisando Galvão (2003), os novos formatos de gestão, são justificados pelo imperativo da competitividade e internacionalização dos mercados e são implementados até em setores não afetados pela concorrência internacional. As empresas investem substancialmente no processo de redução de custos do trabalho, paralelamente ao processo de modernização tecnológica e esta redução é apresentada como uma exigência lógica do processo de globalização.

Nota-se por Kalleberg (2009) que esta modalidade flexibilizada de trabalho, tem consequências a longo prazo e afeta tanto os trabalhadores e suas famílias, como os governos e empresas, influenciando de maneira ampla, não somente a natureza do trabalho, os locais de trabalho e os trabalhadores como também, aspectos individuais (estresse, educação) e sociais (família, comunidade) que não se relacionam com o trabalho, assim como a instabilidade política.

Dando continuidade as ideias dos autores acerca do tema, temos mais uma análise de Kalleberg (2009) o trabalho precarizado nas últimas décadas é o resultado do crescimento da globalização (interdependência econômica e seus correlatos, tais como maior comércio internacional e movimento acelerado de capital, produção e trabalho) e da expansão do neoliberalismo (uma ideologia que implica desregulação, privatização e remoção de proteções sociais).

Estas transformações são motivadas por mudanças tecnológicas, tais como computadorização, digitalização e progressos em tecnologia de informação, que possibilitaram muitos aspectos do processo de globalização. Complementamos com o ponto de vista de Tosta (2008) observando que estaria

havendo um substancial acréscimo de inserções ocupacionais distintas da relação regulamentada e, portanto, não regidas pelas garantias de um contrato formal, o que poderia constituir uma tendência à precarização das relações de trabalho. E concluímos com Druck (2011) em que analisa que o que vivenciamos atualmente não é a mais a sociedade do pleno emprego, mas uma sociedade de desempregados e de formas flexíveis e precárias de emprego e de vida.

Após terminarmos nossas considerações com as diversas análises dos referidos autores acerca do processo de flexibilização do trabalho e as suas consequências sobre a classe trabalhadora, vamos nos atentar a partir deste instante sobre a Reforma Trabalhista, produzida pelo governo Temer em 2017 e os seus efeitos deletérios sobre a classe trabalhadora.

Segundo Krein et al (2019) nos anos de 1990 e 2000 foram implementadas algumas alterações na legislação, sem haver, porém, mudanças estruturais no marco regulatório. Foi com a aprovação da Lei 13.467/2017, onde inseriu o país no grupo de países que implantaram reformas trabalhistas nas últimas décadas. Os defensores desta Reforma, aproveitaram o cenário de crise econômica desencadeada em 2015, convencendo o Congresso Nacional de que esta medida combateria o desemprego crescente estabelecido no país.

Dando continuidade as análises de Krein et al (2019) a Reforma Trabalhista implantada no Brasil, foi substancialmente ampla e atingiu mais de uma centena de artigos da legislação, especialmente da CLT, abrangendo todos os aspectos das relações de trabalho, as instituições públicas e os sindicatos. Conforme as observações de Druck et al (2019) Desta forma a Reforma trabalhista brasileira se insere em um panorama global de reformas neoliberais que desde a década de 1970, tem como aportes, a flexibilização e a crise do direito do trabalho, da forma que foi concebida durante o século XX. Em relação às especificidades da reforma trabalhista brasileira em relação as de outros países da Europa e da América Latina, verifica-se que elas se basearam na desconstrução do sistema de proteção social e no declínio da regulamentação protetiva das relações de trabalho, em favor de modelos pautados na prevalência da negociação direta entre empregadores e trabalhadores.

Conforme Filgueiras *et al.* (2019) Reformas Trabalhistas podem ser somente definidas, se houverem alterações que afetem a estrutura da regulação

protetiva e com a crise no capitalismo mundial em 2008, as reformas trabalhistas ganharam uma nova dimensão internacionalmente. No Brasil, empresários e os seus representantes conseguiram emplacar uma Reforma Trabalhista em 2017, alterando mais de uma centena de disposições legais.

A Reforma Trabalhista tem o intuito de flexibilizar a legislação, através do corte de direitos dos trabalhadores. Seguimos adiante com o ponto de vista de Druck (2019) que apesar da resistência dos trabalhadores nos últimos 30 anos para conter os avanços que pretendiam acabar com as regras da CLT, em 2017 foi possível implementar uma Reforma Trabalhista que atendia integralmente os ideais empresariais que constavam nas agendas e documentos das entidades representativas há alguns anos.

Segundo Drumond e Castro *et al.* (2019) a flexibilização na legislação trabalhista brasileira “está presente na legislação implementada em 2017 por meio da jornada de trabalho, terceirização, teletrabalho entre outros, identificados como trabalho precário”.

Considerando as análises de Druck *et al.* (2019) acerca da Reforma trabalhista, observa-se que é possível afirmar que com a Reforma Trabalhista, as formas de contratação heterogêneas, avançam pelo fato que, se admitem dentro da contratação empregatícia, categorias de empregados mais vulneráveis em termos de direitos: o contrato de trabalho intermitente, de terceirização e o contrato de trabalho hiper suficiente, são exemplos de categorias que tiveram reduzidos os seus direitos.

Segundo Filgueiras (2019, p.236) o *contrato intermitente*, “[...] também conhecido como contrato “zero hora”, não garante jornadas mínimas nem remuneração fixa aos trabalhadores, que recebem apenas quando demandados pelos empregadores”. No Brasil, conforme Filgueiras (2019, p.236) “[...] a nova redação do §3º do art. 443 da CLT prevê o contrato intermitente, permitindo a prestação de serviço de forma descontínua e limitando o pagamento às horas efetivamente trabalhadas”.

De acordo com Druck *et al.* (2019) temos que observar que o cenário em que se dá a Reforma Trabalhista em 2017, é de crise democrática, com diminuição de representação política e avanço de agenda de interesse das elites

econômicas e como afirma Druck et al (2019) A reforma trabalhista aprofundou o processo de mercantilização da força de trabalho, colocando em novas bases a vulnerabilidade estrutural existente no mercado de trabalho brasileiro, em que um dos elementos mais aparentes é a inserção precária, sem nenhum tipo de proteção social e um crescente número de desempregados.

Em relação ao teor do texto da Reforma Trabalhista, concernente aos temas da Reforma, temos a terceirização e conforme Filgueiras *et al.* (2019) a terceirização, passou a ser permitida em qualquer atividade. Já para os autônomos, outro tema, a Reforma retirou a exclusividade e a continuidade como partes integrantes do vínculo empregatício dos autônomos. Nestes casos, os trabalhadores. não possuem nenhum direito trabalhista. Outro ponto relevante contido, cita Filgueiras *et al.* (2019) a Reforma flexibiliza também o direito à saúde e segurança no ambiente de trabalho, ocasionando uma possível deterioração das condições de trabalho. Continua Filgueiras (2019, p.239) “Destaca-se o artigo 611, CLT que autoriza negociações coletivas sobre grau de insalubridade e tempo de trabalho em locais insalubres.

Diante desta conjuntura, analisamos que para os seus defensores, segundo Filgueiras *et al.* (2019) as reformas nunca serão suficientes e implantar uma nova reforma, será sempre necessário. Verificamos através da bibliografia elencada, que as reformas não podem cumprir o que prometem.

Constatamos também com as análises acima, que as estruturas de proteção ao trabalho, podem ainda ser mais precarizadas e é isto a que se propõe este conjunto de reformas. De acordo com as considerações de Krein *et al.* (2019) observa-se que diante do não cumprimento dos propósitos com a Reforma, adota-se um discurso, afirmando que precisamos de mais tempo para que a Reforma Trabalhista cumpra as suas metas ou que seria necessário cortar ainda mais direitos dos trabalhadores para alcançar tais metas, por isto, faz-se necessário, promover debates mais qualificados acerca das normas de proteção ao trabalho no Brasil para conter os efeitos danosos das agendas neoliberais que tanto prejudica os trabalhadores no país.

## **4 FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

### **4.1 Flexibilização de contratos de trabalho docente no Brasil**

Segundo Oliveira (2004) a década de 1990, é caracterizada como uma nova era na educação brasileira, equivalente no que tange às transformações, à década de 1960, momento em que se registra o contexto do que seria vivido nas décadas posteriores.

Conforme Junior et al (2006) a política educacional do regime militar abrangeu, " ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual". De acordo com Junior et al (2006, p.3) marcado pela repressão, o governo lançou políticas e práticas que levaram a produção do tecnicismo, no expressivo aumento das escolas públicas de 1 e 2 graus, controle das atividades acadêmicas realizadas nas universidades e na ampliação da iniciativa privada no ensino superior, utilizando a educação como uma forma de propagação ideológica do Estado e sem que houvesse uma efetiva melhora na qualidade do ensino público no país.

Segundo Junior et al (2006) na década de 1960, apesar da hegemonia dos professores primários, começava a aumentar o percentual de professores com diploma universitário no Brasil e depois da década de 1970, formariam a base da educação pública estadual do 1 e 2 graus.

De acordo com Saviani (2008, p.3) A Constituição de 24 de janeiro de 1967, baixada pelo regime militar, "eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação". Pontua Saviani (2008) que como consequência desse processo de exclusão da vinculação orçamentária, o Estado foi cerceando progressivamente os recursos voltados para a área de educação. Além da redução dos recursos para a educação, segundo Saviani, ocorreu no período através da Constituição de 1967, uma sinalização de apoio à iniciativa privada, através do crescimento do ensino superior.

Conforme Junior et al (2006) o aumento célere do sistema capitalista brasileiro durante a ditadura militar, demandou uma política educacional sistematizada nas reformas de 1968 e 1971, cujos desdobramentos foram determinantes para o surgimento de uma nova categoria docente, diferente das anteriores. Junior et al (2006) também pontua que os professores que tinham licenciaturas curtas decorrentes das faculdades privadas noturnas, substituíram o perfil elitista intelectualizado das poucas escolas públicas que antes existiam. Com o aumento da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, se motivou a ligeira ampliação da escola fundamental, exigindo com isto, uma rápida formação dos professores. O arranjo entre crescimento quantitativo, formação célere e contenção salarial, provocou uma maior deterioração nas condições de vida e de trabalho dos docentes do ensino básico.

Conforme Pavan et al (2016) o processo de empobrecimento dos docentes se acentuou durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) principalmente entre os professores da educação básica. Analisa Pavan et al (2016) que a princípio eram as parcelas da classe média e alta que buscavam a docência, porém com a acessibilidade de um maior número de pobres às escolas públicas, cresce a demanda por mais professores. Como consequência deste processo de aumento de professores nas escolas públicas, o Estado começa a alegar falta de recursos e se inicia uma política de contenção salarial.

De acordo com Junior et al (2006) devido ao processo de proletarização dos professores da educação básica no Brasil, ocorreu uma progressiva perda de capital social no magistério, emergindo com isto, um novo perfil dos docentes do ensino básico, a de um profissional submetido às mesmas condições socioeconômicas dos demais trabalhadores.

Do ponto de vista da procedência social, este novo grupo de professores da educação básica, prossegue Junior et al (2006) derivou de duas categorias estruturantes da sociedade brasileira. A primeira categoria foi constituída pelos professores que eram derivados de certos estágios da burguesia ou da classe média alta e que sofreram uma proletarização economicamente e socialmente na sociedade brasileira. A segunda categoria, teve origem de certas camadas da classe média baixa ou dos trabalhadores urbanos que se favoreceram do aumento expressivo da educação universitária a partir da década de 1970 e se

estabeleceu como uma relevante forma de ascensão na pirâmide social no magistério.

A luta e o processo de proletarização dos professores não se arrefeceram depois do fim da ditadura militar em 1985, como pontua Junior et al (2006). Esta luta, porém, tomou uma nova configuração, pois com a promulgação da Constituição de 1988, a sociedade brasileira apesar da conquista das liberdades sociopolíticas, não compatibilizou essas conquistas com uma maior distribuição de renda para a população mais vulnerável. Com uma grave crise econômica ao longo da década de 1980, os professores apesar de realizarem greves em busca de melhores condições de trabalho, não conseguiram obter êxito junto aos governos estaduais e municipais, através de uma política salarial justa e digna com as suas atribuições profissionais, pois estes governos eram alinhados com as forças retrógradas que haviam apoiado o período da ditadura militar. Contudo como observa Oliveira (2004) embora os professores não tenham conseguido sucesso nos seus movimentos em busca de melhores condições de trabalho, as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, foram profundamente pontuadas pela luta pela profissionalização do magistério e pelo reconhecimento dos direitos dos profissionais da área da educação. Analisa Oliveira (2004) que a busca pela sua autoproteção, decorrente de uma contínua ameaça de proletarização, levou a profissionalização como condição para garantia e preservação dos seus direitos.

De acordo com Junior et al (2006, p.5) o principal resultado referente a essas reformas foi, sem dúvida nenhuma, “a queda brutal da qualidade de ensino, se comparado com a denominada “idade de ouro” da escola pública, aquela que perdurou, aproximadamente, até a década de 1960”. Prossegue Junior et al (2006) que a nova feição social da categoria docente que surgiu decorrente do aumento quantitativo da escola pública pós 1971 e conseqüentemente a luta sindical por condições justas de trabalho, foram alegadamente a mais visível materialização das efetivas mudanças que a área de educação havia passado.

Segundo Oliveira (2004) no Brasil dos anos de 1960, se observava uma tentativa de adequar à educação às imposições do padrão de acumulação fordista e a avidez do ideal nacional desenvolvimentista, enquanto na década de

1990 tem como a globalização o seu padrão dominante e podemos observar este cenário com as reformas educacionais iniciadas na década de 1990.

Segundo Junior et al (2006) ocorreu com este processo de proletarização do magistério, uma transição do profissional dentro de um espectro de profissional liberal para o surgimento de uma nova identidade docente, através de um processo contínuo de precarização dos professores do ensino básico. De acordo com Pavan et al (2016), este processo esteve presente através das políticas neoliberais adotadas pelos governos na década de 1990, pelo advento da intensificação do trabalho do professor, se vendo muitas vezes obrigado a lecionar três turnos e em diversas escolas, devido aos baixos salários recebidos.

Analisa Pavan et al (2016) que esta série de políticas educacionais neoliberais durante este período, facilitaram no processo de proletarização do magistério, através de elementos como burocratização do trabalho dos professores, sistema de avaliações externas, precarização das relações de trabalho e remuneração correlacionadas com o desempenho dos estudantes, a responsabilização dada aos professores pelos resultados dos alunos, as mudanças na grade curricular pela introdução de políticas de gerenciamento, a implementação da ideologia neoliberal das lutas históricas dos docentes, como autonomia, profissionalização, democracia participativa, este são alguns elementos que compõem o quadro de proletarização da atividade docente

Sem dúvida, para analisarmos o processo de flexibilização dos contratos de trabalho docente no Estado da Bahia, faz-se necessário inicialmente, tratarmos de uma forma sucinta das reformas administrativas neoliberais no Brasil, implementadas na década de 1990 no governo Fernando Henrique Cardoso e como estas reformas influenciaram nas condições de trabalho dos professores, através da adoção de formas de contratação temporárias e precárias.

De acordo com a análise de Venco (2016), simultaneamente às mudanças no sistema capitalista e no mundo do trabalho, o setor público orienta as suas ações através das diretrizes da Nova Gestão Pública (NGP) cuja finalidade principal é transpor as técnicas gerenciais do setor privado para o setor público. Observa Venco (2016) que no Brasil a NGP se inicia no governo FHC em 1995, sob o comando do Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE).

Bresser Pereira e este modelo, adotava a criação de novas formas organizacionais, em nome da descentralização política e da maior autonomia do Estado.

As reformas neoliberais implementadas no Brasil a partir de 1995 no governo FHC, tiveram como objetivo principal, conforme Brunet (2001, apud Borges, 2004) mudar a estrutura do Estado e aproximar os padrões de gestão do setor público e privado. Assim podemos apontar através de Junior; Oliveira (2019) que a proximidade entre os setores público e privado, tiveram como consequência, a reestruturação e ressignificação da prestação de serviço do Estado, fazendo com que se transformasse em produto a ser adquirido com menor custo possível. Analisa ainda Junior e Oliveira (2019, p.90) que “[...] isto aumenta, o nível de exploração dos agentes públicos a partir da reprodução de dinâmicas de trabalho semelhantes as do setor privado, este já reestruturado na lógica da acumulação flexível”.

De acordo com Junior e Oliveira (2019) além das medidas administrativas implementadas no governo FHC, as reformas se sucederam através de propostas de Lei e Emenda Constitucional que contemplassem o modelo gerencial e neoliberal da administração do Estado brasileiro. Dentro deste contexto, a Emenda Constitucional 19/98, foi uma das mais relevantes medidas normativas implementadas pelo governo FHC para assegurar a chamada modernização do Estado.

Conforme Cadidé (2012) a Emenda Constitucional 19/98, provocou modificações nas relações de trabalho, começando por extinguir o regime jurídico único (permitindo a utilização do regime jurídico celetista, estatutário ou contratual). Complementa Junior; Oliveira (2019) a Emenda Constitucional 19/98, promoveu também o fim da estabilidade dos empregados públicos, o fim da isonomia salarial, disponibilidade com remuneração proporcional e uma priorização da inscrição no Regime Próprio de Previdência Social para os servidores efetivos.

Podemos perceber, através do contexto apresentado, que as medidas administrativas adotadas pelo governo FHC, tinham como um dos elementos centrais, o enxugamento da máquina estatal. Assim, segundo Borges (2004) nas reformas administrativas do Estado, foram implementadas duas estratégias

para serem adotadas: inicialmente, a diminuição dos custos da máquina, através do enxugamento do quadro de pessoal, demissões, privatizações, terceirizações, redução dos salários pagos, além de corte de benefícios. A outra estratégia adotada seguindo os preceitos da reestruturação do Estado, segundo ainda Borges (2004), foi a flexibilização das relações de trabalho, que ocorreu através da adoção de formas de contratação atípicas, sem realização de concurso público e com uma remuneração fora dos modelos estabelecidos nos planos de cargos e salários. Estas formas de contratação são por prazo determinado, temporários, por prestação de serviço ou associados a um determinado projeto.

Como podemos compreender acima e bem pontuado por Antunes (2011) estes formatos de contratação, se configuram nas mais diferentes formas de precarização do trabalho e crescimento da informalidade, aplicando novos e velhos meios de intensificação, quando não de auto exploração do trabalho. Constatamos assim, o quanto é nocivo esse processo de flexibilização e intensificação dos contratos de trabalho. Antunes (2011) aponta ainda, que esta destrutividade no mundo do trabalho, que pode ser expressa através da descartabilidade, torna ainda mais desnecessária uma grande parcela da força de trabalho, onde encontramos milhões de pessoas, realizando trabalhos parciais, precários, informais ou encontram-se desempregados.

Dentro deste universo de trabalhadores que se encontra realizando estes trabalhos precários, podemos mencionar aqueles professores que realizam sua atividade através de contratos temporários, indicando com isto um processo de flexibilização das relações de trabalho na área educacional. Assim, analisando este panorama, podemos verificar a influência efetiva do traço neoliberal na esfera federal através das reformas administrativas do Estado e como estas potencializaram o processo de flexibilização dos contratos de trabalho em geral e especificamente docente e a seguir, verificamos como vai repercutir na atividade dos professores temporários na Bahia.

## 4.2 O perfil do docente no Brasil e na Bahia

Certamente, para aferirmos se existe um processo de desvalorização e proletarização da atividade docente em curso, analisaremos alguns pontos relevantes e que fazem parte do trabalho dos professores no período de 2015 a 2019. Para isto, é fundamental analisarmos as funções destes profissionais, suas características e as condições de trabalho em que estão inseridos. Tomaremos como referencial, os professores da educação básica do Brasil e na rede pública do Estado da Bahia e o objetivo principal nesse tópico, é traçarmos um perfil da categoria para que possamos compreender o universo docente na contemporaneidade.

Iremos abordar alguns tópicos essenciais a respeito do magistério para conhecermos algumas características dos profissionais da área docente, para isto apontaremos elementos como: cor, gênero, idade, escolaridade, remuneração, carga horária dos docentes, média de alunos por turma, com o objetivo de compreendermos a realidade em que estão inseridos os profissionais da área educacional e de acordo com Alves; Pinto (2011) estas informações são essenciais à análise, ainda mais em países como o Brasil, em que há uma desvalorização social e econômica da carreira docente.

Para investigarmos estes elementos específicos relacionados ao universo docente brasileiro e especificamente do Estado da Bahia no período de 2015 a 2019, utilizaremos dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) referentes ao exercício de 2019.e da literatura consultada.

Inicialmente, iremos conceituar o trabalho docente para posteriormente, começarmos a apontar algumas características relevantes do magistério baiano. Conforme Piovesan; Dal Ri (2019) o trabalho docente abrange a gestão escolar, no que tange à dedicação dos professores ao planejamento, à preparação de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. Segundo Basso (1998) a análise do trabalho docente, pressupõe o exame das relações entre a formação do professor e as condições efetivas de trabalho, abrangendo desde a organização da prática docente, participação no planejamento escolar, preparação das aulas até a remuneração do professor.

Após conceituarmos a função do professor de acordo com os autores referidos, pontuaremos as características dos docentes da educação, primeiramente pela cor de pele. Quanto a cor da pele, de acordo com dados do portal do Ministério da Educação (MEC) referente ao exercício de 2009-2017, podemos aferir pela tabela 1, que o universo docente na educação básica no Brasil, é composto atualmente em sua maioria por não negros, com uma participação de 55,15 % no ano de 2013.

Na tabela 1, iremos aferir o quantitativo de professores referentes á cor da pele no Brasil no período de 2009 a 2017.

Tabela 1: Quantitativo de professores no Brasil por cor da pele – 2009-2017

RAÇA/COR	QUANTITATIVO	ANO		
		2009	2013	2017
Branca	Absoluto	712.089	862.151	872.435
	%	38,3	42,7	42
Preta	Absoluto	54.248	78.104	84.934
	%	2,9	3,9	4,1
Parda	Absoluto	365.967	487.641	524.078
	%	19,7	24,2	25,2
Amarela	Absoluto	10.374	11.482	14.352
	%	0,6	0,6	0,7
Indígena	Absoluto	6.926	10.114	12.738
	%	0,4	0,5	0,6
Não declarada	Absoluto	707.674	567.579	570.373
	%	38,1	28,1	27,4
TOTAL	N	1.857.278	2.017.071	2.078.910

Fonte: Carvalho (2018, p. 22). Adaptado pela autora.

A tabela demonstra uma variedade étnica dos docentes entre as regiões geográficas do país e podemos aferir que os professores brancos têm predominância na região sul e sudeste (mais de 50%). Na região norte, a participação de docentes pretos e pardos vem aumentando ao longo do período estudado.

Na região nordeste, predominam os docentes pardos, nos três anos analisados e na região centro-oeste, a presença é mais equilibrada entre os docentes brancos e pardos, com uma sutil predominância de professores brancos.

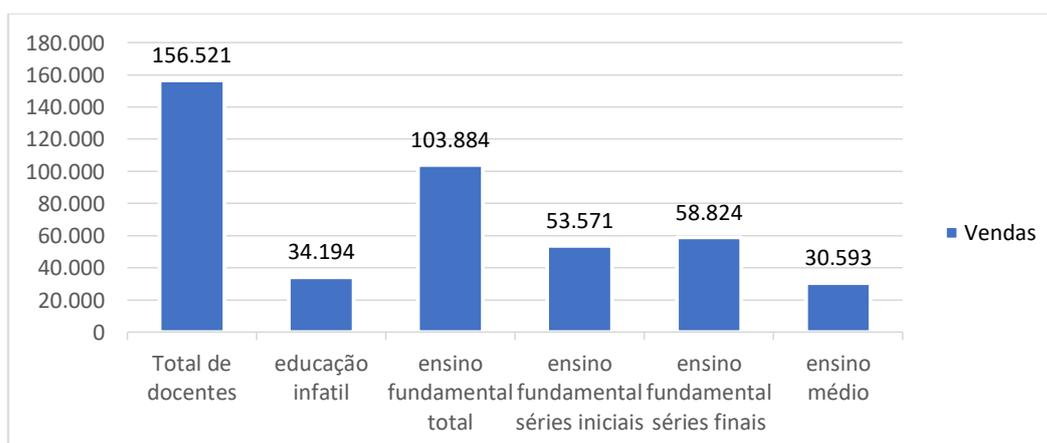
Tabela 2: Quantitativo de professores no Brasil por etapa/modalidade de ensino e sexo-2018

Etapas / Modalidades de Ensino	Professores por sexo		
	Feminino	Masculino	Total
Educação Básica	1.780.000	446.423	2.226.423
Educação Infantil	570.007	19.886	589.893
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	677.086	85.798	762.884
Ensino Fundamental - Anos Finais	521.294	242.537	763.831
Ensino Médio	303.212	210.191	513.403

Fonte: Cruz e Monteiro (2019, p. 103). Adaptado pela autora.

Foram registrados na Bahia em 2019, 156.521 docentes na educação básica. Deste total, a maioria atua no ensino fundamental (37,6%), onde trabalham 53.571 nos anos iniciais e onde temos 58.824 nos anos finais, sendo que ao todo no ensino fundamental são 103.884 professores. Já na educação infantil do Estado da Bahia, atuam 34.194 professores e no ensino médio, 30.593 professores atuaram em 2019, como podemos observar no gráfico 1.

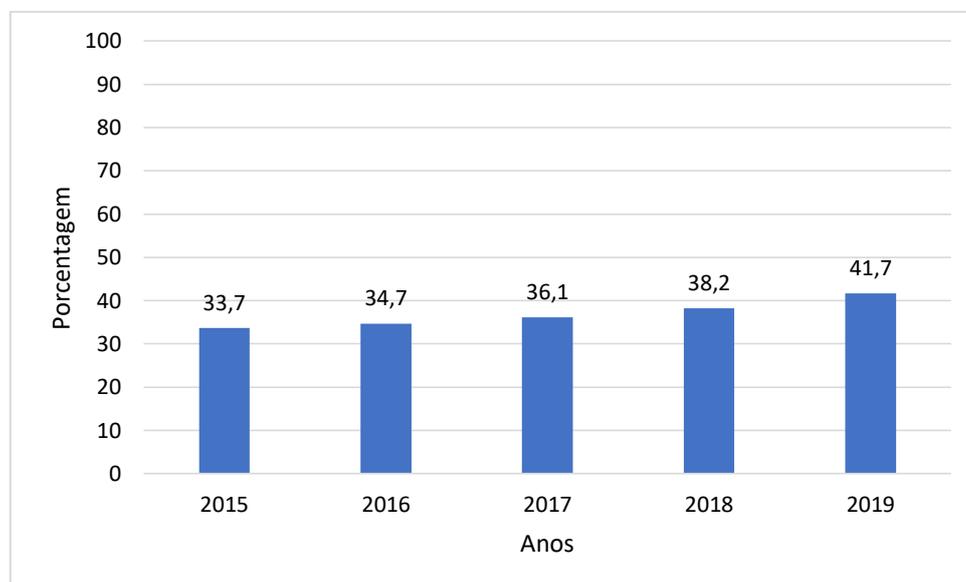
Gráfico 1: Docentes da educação básica do Estado da Bahia em 2019



Fonte: DEED/Inep (2019). Elaborado pela autora.

Em relação a quantidade de professores com pós-graduação na educação básica, o que podemos observar no gráfico 2, foi um crescimento de 33,7% para 41,7% com pós graduação no período de 2015 a 2019.

Gráfico 2: Porcentagem de docentes da educação básica do Estado da Bahia com Pós-Graduação



Fonte: DEED/Inep (2019). Elaborado pela autora.

Quanto à remuneração dos docentes da educação básica na rede pública, sem dúvida, um dos requisitos para maior atratividade de uma carreira docente, e podemos classificar como injusta, quando se situa abaixo do rendimento médio dos demais profissionais com nível superior.

Tabela 2: Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil (2012-2018)

Categoria	Anos						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Professores da Educação - rede pública	3.576,18	3.887,99	3.814,60	3.902,00	3.584,94	3.775,72	3.823,00
Profissionais da área de Exatas	8.086,89	7.290,37	7.879,07	7.400,37	7.060,55	7.187,92	7.542,11
Profissionais da área de Humanas	6.583,21	6.522,88	5.910,68	6.351,38	5.779,99	5.526,84	6.070,59
Profissionais da área de Saúde	7.423,52	7.196,21	7.005,60	7.305,87	7.076,00	7.168,15	7.718,36

Média de rendimento dos profissionais com curso superior	5.882,03	5.957,88	5.737,00	5.804,72	5.467,72	5.591,29	5.477,05
Proporção da média salarial dos professores em relação à média dos profissionais com curso superior (em %)	60,8	65,3	66,5	67,2	65,6	67,5	69,8

Fonte: Cruz e Monteiro (2019, p. 112). Adaptado pela autora.

Assim, de acordo com o portal todos pela educação, conforme o anuário brasileiro da educação básica referente ao ano de 2019, (CRUZ; MONTEIRO, 2019), no ano de 2018, o rendimento médio dos docentes da educação básica no Brasil, correspondia a apenas 69,8% do salário médio dos profissionais de nível superior. A média salarial dos professores da educação básica era de R\$ 3.823,00, enquanto a de outros profissionais igualmente graduados era de R\$ 5.477,05, apesar do crescimento de 6,4 % no salário médio dos professores nos últimos 7 anos, ou seja, no período de 2012 a 2019. Podemos analisar, que há uma defasagem no quesito remuneração dos docentes da educação básica em relação à outras profissões de mesma escolaridade.

De acordo com os dados aferidos, os professores mais jovens prevalecem nos anos iniciais da educação básica enquanto os docentes mais experientes nas etapas finais. Os estudos levantados em 2017, apontam que a distribuição ao longo dos anos, está se tornando mais uniforme. O que fica mais preponderante nestes estudos, é a clara tendência de envelhecimento da categoria ao longo dos anos, com médias de idade em torno de 40 anos em 2017 para todas as etapas da educação básica.

O envelhecimento dos professores está relacionado também com a baixa atratividade para as novas gerações dos postos de trabalho e com os contratos flexíveis pelo menos nos primeiros anos do período considerado, quando ocorreu a abertura do mercado, demandando com isto, mais oportunidades de inserção em outras áreas.

Podemos observar também nos estudos aferidos, é que os docentes estão entrando mais tardiamente na profissão, já que a escolaridade mínima exigida demanda mais tempo de estudos. Outro ponto que podemos analisar é que podemos verificar problemas de renovação de quadros de professores no Brasil, caso isto signifique que menos indivíduos estão ingressando na profissão.

Observamos também que há uma tendência de aumento no percentual de professores com mais de 45 anos ao longo do período estudado.

Tabela 3: Vínculo empregatício de professores no Brasil por etapa de ensino nos anos 2013 e 2017

ETAPA DE ENSINO	CATEGORIA	2013		2017	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Educação Infantil	Concursado	239.555	49,4	292.672	51,6
	Contrato CLT	6.408	1,3	6.653	1,2
	Temporário	81.060	16,7	95.008	16,8
	Terceirizado	1.509	0,3	1.467	0,3
	Não informado	156.562	32,3	171.158	30,2
	Total	485.094		566.958	
Anos Iniciais	Concursado	444.099	57,8	433.973	55,4
	Contrato CLT	5.748	0,7	6.322	0,8
	Temporário	140.770	18,3	156.087	19,9
	Terceirizado	1.410	0,2	1.162	0,1
	Não informado	175.880	22,9	185.964	23,7
	Total	767.907		783.508	
Anos Finais	Concursado	488.687	57,8	444.073	54,9
	Contrato CLT	3.157	0,4	2.625	0,3
	Temporário	203.805	24,1	205.197	25,4
	Terceirizado	929	0,1	1.072	0,1
	Não informado	148.651	17,6	155.396	19,2
	Total	845.229		808.363	
Ensino Médio	Concursado	301.996	56,7	294.633	54,9
	Contrato CLT	1.470	0,3	1.686	0,3
	Temporário	127.258	23,9	137.104	25,5
	Terceirizado	515	0,1	526	0,1
	Não informado	101.764	19,1	102.912	19,2
	Total	533.003		536.861	

Fonte: Carvalho (2018, p. 53). Adaptado pela autora.

Podemos aferir pela tabela 3, é que em 2017, nos anos finais e no ensino médio, os concursados ainda são a maioria contudo observamos em todos os níveis, a elevação da proporção de temporários. Na educação infantil e nos anos iniciais, podemos aferir uma maior presença das escolas privadas nessas etapas de ensino.

Tabela 4: Quantidade professores no Brasil distribuídos por número de escolas que atuam (2009-2017)

Ano	Quantidade escolas	Ed. Infantil		Anos Iniciais		Anos Finais		Ensino Médio	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
2009	Uma escola	315.326	83,5	580.810	78,7	518.516	66	268.123	58,3
	Duas escolas	57.392	15,2	138.859	18,8	212.043	27	143.216	31,1
	Três escolas	3.655	1	13.953	1,9	42.963	5,5	37.376	8,1
	Quatro escolas	1.187	0,3	4.211	0,6	11.687	1,5	11.308	2,5
	Total	377.560		737.833		785.209		460.023	
2013	Uma escola	403.442	84,3	587.088	78,2	530.977	66,1	307.338	60,5
	Duas escolas	68.843	14,4	143.632	19,1	216.414	27	150.826	29,7
	Três escolas	4.798	1	14.925	2	43.149	5,4	37.795	7,4
	Quatro escolas	1.728	0,4	4.721	0,6	12.362	1,5	11.661	2,3
	Total	478.811		750.366		802.902		507.617	
2017	Uma escola	473.731	85	597.270	78,4	502.449	65,7	313.372	61,5
	Duas escolas	75.732	13,6	143.455	18,8	205.802	26,9	146.268	28,7
	Três escolas	5.750	1	15.555	2	43.078	5,6	37.639	7,4
	Quatro escolas	2.328	0,4	5.457	0,7	13.402	1,8	12.515	2,5
	Total	557.541		761.737		764.731		509.794	

Fonte: Carvalho (2018, p. 56). Adaptado pela autora.

Em todas as etapas de ensino e em todos os anos, verificamos que a maioria dos docentes, lecionam em uma ou em duas escolas. A frequência de docentes que lecionam em três escolas ou mais é maior no ensino médio, somando quase 10% destes em 2017. Já na educação infantil, a quantidade de

docentes que lecionam em três ou mais escolas é bastante restrito. Com isto, podemos observar que professores das séries iniciais, lecionam em menos escolas.

Tabela 5: Quantidade professores no Brasil por número de disciplinas (2009-2017)

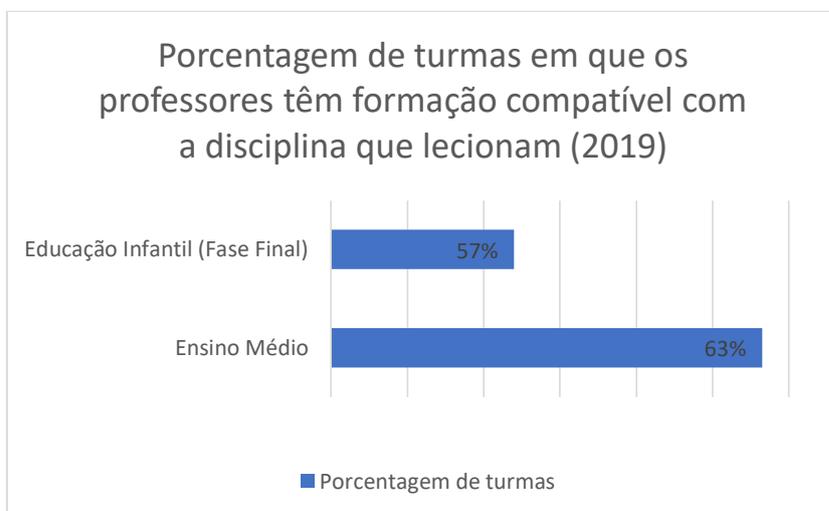
Ano	Quantidade de Disciplinas	Anos Finais		Ensino Médio	
		Absoluto	%	Absoluto	%
2009	Uma disciplina	494.078	64,5	345.329	79,3
	Duas disciplinas	134.379	17,5	69.743	16,0
	De 3 a 4 disciplinas	51.625	6,7	16.388	3,8
	De 5 a 7 disciplinas	54.222	7,1	2.316	0,5
	Oito ou mais	31.991	4,2	1.837	0,4
	Total	766.295		435.613	
2013	Uma disciplina	525.033	66,9	366.641	75,8
	Duas disciplinas	131.586	16,8	85.433	17,7
	De 3 a 4 disciplinas	52.190	6,6	25.811	5,3
	De 5 a 7 disciplinas	41.976	5,3	2.720	0,6
	Oito ou mais	34.590	4,4	2.918	0,6
	Total	785.375		483.523	
2017	Uma disciplina	502.813	64,0	367.265	76,0
	Duas disciplinas	124.409	15,8	81.946	16,9
	De 3 a 4 disciplinas	51.843	6,6	24.269	5,0
	De 5 a 7 disciplinas	30.582	3,9	2.442	0,5
	Oito ou mais	38.627	4,9	4.171	0,9
	Total	748.274		480.093	

Fonte: Carvalho (2018, p. 60). Adaptado pela autora.

Observamos pelos dados aferidos na tabela 5, os docentes dos anos iniciais aparecem com uma significativa quantidade de disciplinas ministradas.

Nos anos finais e ensino médio, mais de 70% dos professores, lecionam apenas uma ou duas disciplinas e cerca de 6% lecionam de 3 a 4 disciplinas.

Gráfico 3: Porcentagem de turmas em que os professores têm formação compatível com a disciplina que lecionam (2019)



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020

Podemos aferir pelo gráfico 3, que a maior parcela de professores no ensino médio tem uma formação compatível com a sua área de formação e um percentual um pouco menor no ensino infantil. Apesar de ser mais da metade quantitativamente, se vê a grande massa de professores que se encontram lecionando fora de sua área. Ou seja, de acordo com os dados do gráfico, na atualidade, uma parcela considerável dos docentes lecionam em disciplinas da sua área de formação tanto no ensino infantil como no médio.

Tabela 6: Média de idade de professor por etapa e escala no Brasil.

ETAPA/ESCALA	ANO	IDADE MÉDIA
Brasil	2009	38,65
	2013	39,5
	2017	41,04
Educação Infantil	2009	36,24
	2013	37,65
	2017	39,47

Anos Iniciais	2009	36,25
	2013	39,8
	2017	41,4
Anos Finais	2009	38,9
	2013	39,67
	2017	41,19
Ensino Médio	2009	39,82
	2013	40,4
	2017	41,81

---

Fonte: Carvalho (2018, p.30). Adaptado pela autora.

Conforme a tabela 6, a média de idade dos professores aumentou no Brasil e em todas as etapas do ensino no período de 2009 a 2017. Podemos observar que em 2009, a média de idade dos professores era em torno de 38 anos, porém verificamos que em 2017, esta média de idade cresceu para 41 anos.

### **4.3. Flexibilização de contratos de trabalho docente na Bahia**

Analisar a flexibilização dos contratos de trabalho docente é levar em consideração uma gama de fatores sendo que, um dos seus principais eixos é o processo de precarização do trabalho. De acordo com Druck (2007) a precarização social do trabalho é um processo que se estabelece tanto econômica, social e politicamente em uma cristalização tanto da flexibilização como da precarização atual do trabalho. Prossegue Druck (2007) que a essência dessa moderna precarização tem origem em elementos como instabilidade, insegurança, adaptação e fragmentação do conjunto de trabalhadores e da deterioração dos elementos sociais do trabalho. Assim, diante da caracterização da flexibilização e precarização do trabalho, tivemos como ponto de partida para o processo de pesquisa, um conjunto de ações, que tinha como objetivo principal obter dados necessários e próximos da realidade dos docentes envolvidos nos contratos de trabalho docente pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) que abrange os contratos por meio de uma seleção pública, através de

prova escrita e apresentação de documentos e os contratos feitos por indicação de gestores das unidades escolares.

Sem dúvida, para analisarmos o processo de flexibilização dos contratos de trabalho docente no Estado da Bahia, faz-se necessário inicialmente, tratarmos de uma forma sucinta das reformas administrativas neoliberais realizadas pelo então governador Antônio Carlos Magalhães e como estas reformas influenciaram nas condições de trabalho dos professores, através da adoção de formas de contratação temporárias e precárias.

Apontaremos inicialmente a reforma administrativa realizada no governo de Antônio Carlos Magalhães, os reflexos da ideologia neoliberal para o funcionalismo público em todas as esferas e sobretudo na área educacional, objeto deste trabalho. Através da criação dos formatos temporários de contratação dos professores no Estado da Bahia pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), REDA emergencial/PST e estagiário, analisaremos como estes processos, irão ecoar nas condições de trabalho docente.

Nota-se por Borges (2004) que a Bahia, sob a influência da Reforma do Estado, implementada pelo governo federal, procurou se ajustar no início da década de 1990, às novas medidas neoliberais, instituindo políticas de privatização, terceirização e implantação de formas de contrato flexíveis.

As análises de Cadidé (2012, p. 42) indicam que as mudanças que se seguiram, a exemplo de “[...] terceirização, disponibilidade remunerada, até a emenda n. 19/98, mostram restrição a direitos considerados adquiridos pelos servidores, incluindo novos requisitos para a aposentadoria”.

Observa Cadidé (2012) que no panorama de implementação da reforma do Estado na esfera federal em 1991, o governo de Antônio Carlos Magalhães, que se intitulou o governo da mudança, apresentou a proposta de “reordenamento administrativo do Estado”, editando a Lei 6.074. Nesta referida lei, extinguiu-se órgãos da estrutura governamental, seguindo os tópicos centrais da reforma gerencial que estava em curso no governo federal.

Na Bahia, a partir deste período referido, portanto, foi realizada uma reforma, com vistas à modernização do Estado, com o objetivo de diminuir os gastos com a máquina administrativa. Dentro deste contexto, como pontua

Cadidé (2012) se iniciou um processo de terceirização de diversos seguimentos, como segurança e limpeza, vigilância, conservação e fornecimento de refeições, dentre outros setores da administração e naturalmente este processo reverberou também na área educacional, através da flexibilização dos contratos de trabalho, imprimindo elementos de intensificação e precarização do trabalho docente.

Podemos observar também neste momento, é que dentro deste quadro de controle de gastos imposto pelo Estado, os concursos públicos para professores da rede pública ficaram mais escassos. Assim, segundo a análise de Jesus et al (2019) o professor da rede pública de ensino, deveria ter seu ingresso assegurado através de concurso público, porém este processo se encontra em escassez, conforme se verifica, as distancias entre um processo seletivo e outro pelo Estado, com hiatos de 8 anos.

Girardi e Lima (2017), apontam que na Bahia, é natural o uso do processo simplificado para a realização de seleções, porém este tipo de seleção, deveria ser em casos de excepcionalidade. Contudo tem se tornado uma prática comum, usada em diversos órgãos do Estado como o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), SAEB (Serviço de Administração do Estado), SECULT (Secretaria de Cultura do Estado), SEC (Secretaria de Educação) dentre outros.

Especificamente na área educacional, conforme Lobo (2014) os professores estatutários já convivem dentro de uma perspectiva de baixos salários e violência, contudo a situação dos professores contratados através de formatos temporários é mais acentuada e crítica. Dentro deste contexto de contratação de professores não efetivos no Estado da Bahia, temos os três modelos de contratos docente citados anteriormente, REDA, REDA/Emergencial, PST.

De acordo com este entendimento, conforme Jesus et al (2019), o REDA (Regime Especial de Direito Administrativo) foi criado no Estado da Bahia em 1992, proveniente de um decreto do então governador Antônio Carlos Magalhães e oriundo de um momento emergencial e bastante específico.

Conforme Cadidé (2012) no Estado da Bahia, a contratação temporária, foi implementada no âmbito da Lei que tinha como objetivo, o reajuste de vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores e cujo projeto foi

publicado em 12/05/1992 e enviado para assembleia legislativa. A justificativa para a implementação do REDA na Bahia, foi flexibilizar a contratação de pessoal, para a realização de serviços de cunho considerados emergenciais, contudo este tipo de contratação se tornou habitual. Assim conforme Cadidé (2012) o projeto se transformou na Lei 6.403 de 1992 que foi retroativa ao Estatuto de 1994 e desde então houve diversas alterações no tempo das instruções normativas sob o Regime do REDA.

Referente às contratações na área educacional, Lobo (2014, p.249) afirma que o “[...] profissional do REDA goza de alguns benefícios do professor efetivo, porém sofre com a insegurança da instabilidade do emprego, além de ao término do contrato não ter direito a alguns benefícios oferecidos pela previdência social”. Desta forma, observamos por Lobo (2014) que o governo do Estado utilizando de sua prerrogativa legal, foge das suas responsabilidades trabalhistas.

Sobre o processo seletivo para os professores REDA, afirma Jesus et al. (2019) acontece nas mesmas condições dos professores efetivos, através de processo seletivo com provas e título e a única diferença se refere a uma seleção ser para efetivo e a outra para temporário. Já para Girardi e Lima (2017) existem elementos diferentes nos processos seletivos citados e aponta que a maior parte dos editais utiliza a análise do currículo como uma etapa eliminatória e classificatória ou o currículo e ainda uma entrevista. Assim as autoras afirmam que as contratações por se basearem nas legislações anteriores, citadas acima, são legais, contudo, na verdade são imorais, já que a análise do currículo é uma atitude do setor privado e não pode garantir que o avaliador utilize critérios objetivos para a sua avaliação.

Este processo, seguindo análise de Girardi; Lima (2017) dá uma abertura para que se tenha apadrinhamento político nesse tipo de avaliação, constatando a natureza imoral desse tipo de seleção. Podemos evidenciar que independentemente do tipo de seleção para o REDA, observamos o quanto é prejudicial este tipo de contrato e devido a esta natureza deletéria para o servidor contratado através deste modelo, continuamos analisando outros fatores para melhor demonstrar a situação dos profissionais com este tipo de contrato.

Ainda que o professor REDA tenha a garantia de ser convocado via Diário Oficial do Estado, afirma Jesus et al. (2019) este contrato pode ser suspenso a

qualquer momento por ambas as partes (professor e Estado). Segundo Junior; Oliveira (2019) o contrato pelo REDA é assinado pelo período de 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Entretanto, a Administração a seu critério, poderá rescindir a qualquer momento.

Os contratos temporários pelo REDA, podem evidenciar elementos de precarização do trabalho docente de acordo com Junior e Oliveira (2019) pelo fato destes professores não gozarem de nenhuma estabilidade profissional, ou seja, são contratos de natureza transitória, evidenciando um processo de perdas trabalhistas para os servidores contratados pelo REDA.

Outro fator pontuado por Junior e Oliveira (2019), para evidenciar a natureza precária deste tipo de contrato, é que os professores temporários pelo REDA, não tem nem a estabilidade dos servidores estatutários e nem qualquer tipo de direito a indenização em caso de saída sem justa causa. Além disso não têm acesso ao FGTS e seguro-desemprego.

Seguindo mais análises de Junior e Oliveira (2019) acerca dos elementos de precarização dos contratos pelo REDA, percebemos que os professores pelo REDA não recebem a gratificação de estímulo ao aperfeiçoamento profissional. (decreto 13.306/2011) e não tem direito aos acréscimos remuneratórios (anuênio, quinquênio e triênio) obtidos apenas pelos servidores efetivos (Lei 6.677/94).

Os professores contratados pelo REDA também não têm direito à progressão na carreira do magistério. Outro elemento fundamental e que devemos evidenciar, é no tocante ao regime previdenciário. De acordo com Junior; Oliveira (2019) os professores efetivos estão cobertos pelo Regime Próprio da de Previdência Social (RPPS), enquanto os contratados pelo REDA, estão sujeitos ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Conforme Junior; Oliveira (2019, p. 98) a não vinculação ao RPPS representa, por si só, a “[...] exclusão dos temporários de algumas vantagens previdenciárias específicas para os estatutários, além de evidenciar mais um fator de desigualdade no trabalho criada entre os professores efetivos e os contratados em REDA”.

Podemos verificar os dados referentes a benefícios no quadro 1.

Quadro 1 – Benefícios de servidores estaduais na Bahia (2019)

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>SERVIDORES ESTATUTÁRIOS</b>	<b>SERVIDORES REDA</b>
Aposentadoria do regime especial-FUNPREV	X	NÃO
Aposentadoria do regime geral-INSS		X
Estabilidade	X	NÃO
Acréscimos remuneratórios	X	NÃO
Gratificação estímulo ao aperfeiçoamento profissional	X	NÃO

Fonte: autoria própria

No tocante à carga horária, evidenciamos a flexibilização e intensificação do trabalho que estão subjugados os professores pelo REDA através de alguns elementos que destacaremos a seguir.

De acordo com Jesus et al (2019) e Junior e Oliveira (2019) em relação à carga horária, enquanto os professores efetivos que trabalham 20 horas semanais, tem uma regência de 13 horas/aula em sala de aula, os professores contratados pelo REDA têm que cumprir 16 horas/aula em sala de aula, além de mais 4 horas em atividades de classe (AC) para planejamento das suas atividades pedagógicas. Ou seja, por todos estes elementos elencados acima, podemos perceber o caráter prejudicial deste tipo de contratação por tempo determinado.

Além do REDA, existem outros tipos de contratos temporários em que é necessário abordarmos neste trabalho. Iniciaremos pelo REDA emergencial, ou antigo PST (prestador de serviço temporário) de acordo com Lobo (2014, p.246) “O PST - Prestação de Serviço Temporário: são professores contratados, sem passar por qualquer tipo de seleção pública, aparentemente, a contratação tem características política personalista”. De acordo com Jesus et al (2019) fundamenta-se através de uma seleção simplificada, seguindo o modelo de análise de currículo e assinatura de contrato diretamente com a secretaria de educação, apesar que uma parcela das contratações de REDA emergenciais são através de indicações de gestores escolares.

Conforme Jesus et al (2019) até o ano de 2016, havia uma forma de contratação chamada PST, que eram professores sem vínculos formais com a secretaria de educação e que também não tinham matrícula, porém estes permaneciam muitos anos nas unidades escolares. A carga horária dos professores pelo PST e que também pode ser designada comumente ao REDA emergencial, é de 18 horas/aula, ou seja, muito superior às outras modalidades no magistério.

O quadro 2, refere-se à carga horária dos professores efetivos e temporários no Estado da Bahia.

Quadro 2 – Benefícios de servidores estaduais em 2019.

<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PROFESSORES ESTATUTÁRIOS</b>	<b>PROFESSORES REDA</b>	<b>PROFESSORES REDA EMERGENCIAL</b>
20 horas	13 horas/aula	16 horas/aula	18 horas/aula

Fonte: Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e a Lei Orgânica do Magistério da Bahia 8.261/2002 (BAHIA, 2002)

De acordo com Cadidé (2012) estas contratações como estavam fora da esfera legal, não havia recolhimento de direitos trabalhistas como o Fundo de Garantia (FGTS), PIS, 13 salário e férias proporcionais. Assim, se conclui por Cadidé (2012) o PST era um reflexo das contratações temporárias, embora com mais elementos de precarização, devido a não se constituir através de vínculos formais, sem contratos escritos e sem nenhuma garantia para os trabalhadores.

O REDA emergencial de acordo com Jesus et al (2019), substituiu o PST, que foi extinto em 2016 e os professores com isto, passaram a ter vínculos com a secretaria de educação, além de receber salário base como os professores efetivos. O professor estagiário, última categoria elencada neste trabalho, é uma modalidade de estágio remunerado, com convênio estabelecido entre a secretaria de educação e algumas instituições que fazem um processo de intermediação de mão de obra, como o IEL (Instituto Euvaldo Lodi) por exemplo.

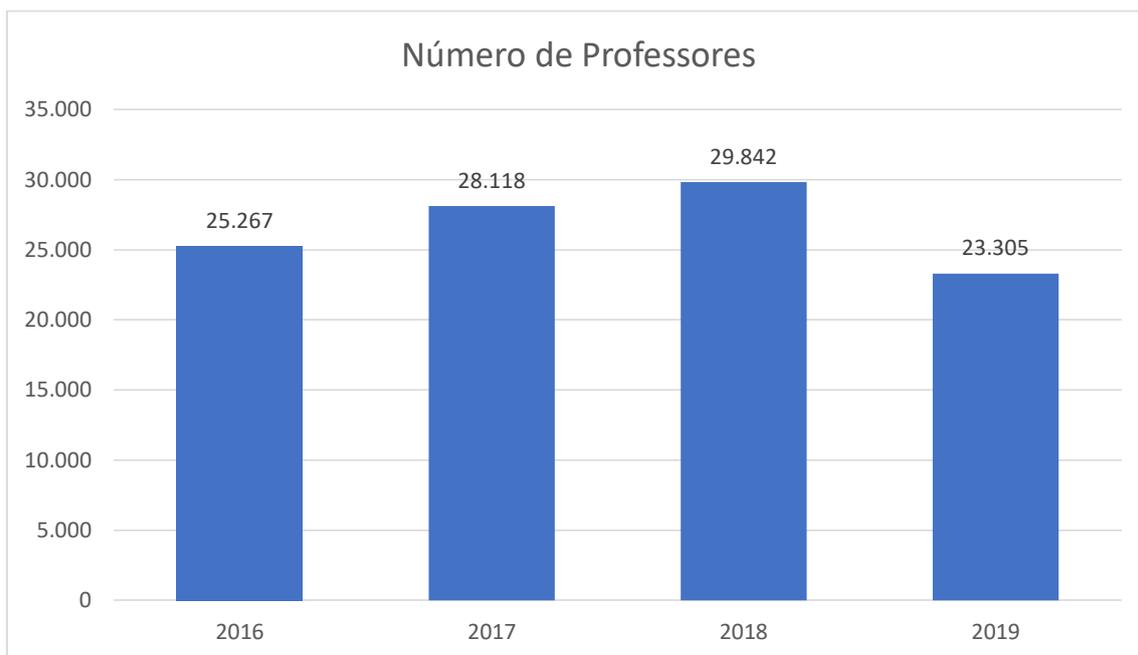
Como podemos observar de acordo com os autores referidos, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações no Brasil, especificamente a partir da implementação das reformas administrativas do Estado na década de 1990 no governo FHC e com isto causaram uma grande repercussão em todos os seguimentos do serviço público.

Dentro deste contexto, verificamos que diversos profissionais liberais, dentre eles professores, tem vivenciado um processo de flexibilização das suas atividades e um declínio da regulação formal do trabalho.

Este processo de flexibilização e posterior precarização das condições de trabalho dos professores, se refletem nos contratos de trabalho por tempo determinado, através do REDA, REDA emergencial/PST e estagiário. De acordo com Lobo (2014) o maior problema da precarização é que esta pode estar se consolidando através da diminuição das contratações de professores efetivos e dando prioridade as contratações de professores temporários nas escolas, com isto, irá repercutir negativamente para o professor, desqualificando a sua atividade no magistério,

No gráfico 4, analisamos a evolução dos contratos pelo REDA na Bahia, referente ao período de 2016 a 2019, de acordo com os dados do TCE-BA de acordo com o exercício de 2019.

Gráfico 4: Quantitativo de professores REDA na Bahia de 2016 -2019



Fonte: TCE-BA

Constatamos através da análise do gráfico 4, que houve uma diminuição no total de contratações de professores pelo REDA, referentes ao período de 2016 até 2019.

#### 4.4 Gastos com os contratos pelo REDA no período de 2017 a 2019

Segundos dados do TCE-BA, referentes ao exercício de 2019, os gastos empenhados pelo poder executivo para pagamentos dos contratados pelo REDA, corresponderam a 2,82% do gasto total com pessoal e encargos sociais referente a este período e em dezembro de 2019, encontravam-se vigentes 26.269 contratos pelo REDA nas diversas unidades da administração direta e indireta.

Podemos observar essa informação, através dos dados da tabela de quantitativos de contratos do REDA através da Secretaria de educação (SEC), objeto deste trabalho.

Tabela 7 - Quantitativo de contratos REDA na Bahia.

<b>ANO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
2017	28.118
2018	29.842
2019	23.305

Fonte: TCE-BA

Podemos observar pela tabela 7, que houve em 2019, um decréscimo de 8.089 contratos, proveniente sobretudo da redução de contratos referentes a servidores lotados na SEC/Ba.

O portal de transparência do governo do Estado da Bahia, aponta os gastos com o setor da educação referentes ao período de 2017 a 2020 e de acordo com a análise dos dados abaixo, ocorreu um declínio nas despesas com educação no período entre 2019 a 2020, tendo a covid 19 como fator preponderante de decréscimo dos gastos do setor, por intermédio da interrupção das aulas presenciais.

TABELA 8 - DESPESAS COM A EDUCAÇÃO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2020

<b>ANO</b>	<b>ABSOLUTO</b>	<b>%</b>
2017	5.603.911	13,10
2018	5.730.884	12,58
2019	6.227.649	12,74
2020	5.860.480	11,95

Fonte: Transparência Bahia.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo será apresentado o resultado das sete entrevistas realizadas com professoras contratadas pelo REDA, que trabalham no Colégio Estadual Clériston Andrade sobre a sua experiência como docente com contrato de trabalho flexível, destacando a intensificação da jornada, condições de trabalho e salariais das docentes e sua opinião sobre a situação vivenciada.

A escolha da unidade escolar foi fortemente determinada pela necessidade de acessibilidade, em tempos de pandemia<sup>4</sup>, aos dados sobre o corpo docente da unidade e a presença, nela, de docentes contratados pelo REDA. Sendo a pesquisadora também docente da rede pública (concurada), a opção recaiu sobre a unidade em que leciona, desde 2006 onde conhece o universo dos professores e poderia facilmente ter acesso aos docentes a serem entrevistados. O acesso aos docentes com Contrato REDA foi rápido e fácil e as entrevistas foram realizadas online, seguindo o roteiro apresentado no anexo.

O Colégio Estadual Clériston Andrade está localizado na Rua Sergimirim 289, no bairro Itacaranha, subúrbio ferroviário da Cidade de São Salvador, na Bahia, foi fundado em 1975 e atende uma demanda diversificada com 1860 alunos matriculados de todas as faixas etárias nos turnos matutino, vespertino e noturno. O colégio tem em seu corpo docente 70 professores, divididos em 63 efetivos e 7 temporários contratados sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

O perfil das docentes entrevistadas é formado integralmente por mulheres com idades entre 28 a 45 anos e que trabalham com as seguintes disciplinas: ciências sociais, história, língua inglesa, biologia, técnico em logística e geografia, nos três turnos, ou seja, matutino, vespertino e noturno, sendo que 6 professoras com nível superior completo e uma professora com mestrado na área de história.

A partir dos dados coletados na pesquisa foram aferidos os seguintes resultados, apontados durante as entrevistas com as docentes. Foi revelado no

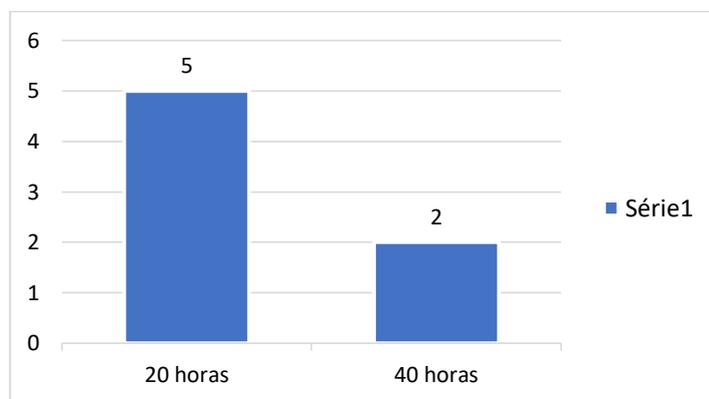
---

<sup>4</sup> Este trabalho foi produzido durante o período da Pandemia do Vírus da Sarscov-2, conhecido popularmente como coronavírus, que obrigou o distanciamento social e proibição de atividade presenciais da educação.

início das entrevistas, que as professoras começaram a lecionar pelo REDA entre 2016 a 2019 no Colégio Estadual Clériston Andrade, sendo que cinco docentes com uma carga horária de 20 horas semanais e duas que possuem 40 horas semanais na unidade escolar.

Concatenando o gráfico 3 e tabela 5, podemos concluir também que de forma geral professores, ao longo dos anos, têm se exposto a mais disciplinas, que podem ser de sua expertise ou não, que assim acrescentado ao número de horas trabalhadas acaba por causar precariedade e desequilíbrio, como relatado pelas professoras que muitas vezes não conseguem ter um ano completo trabalhando em uma mesma turma devido ao seu contrato que acaba por mudar a disciplina a ser lecionada pela mesma.

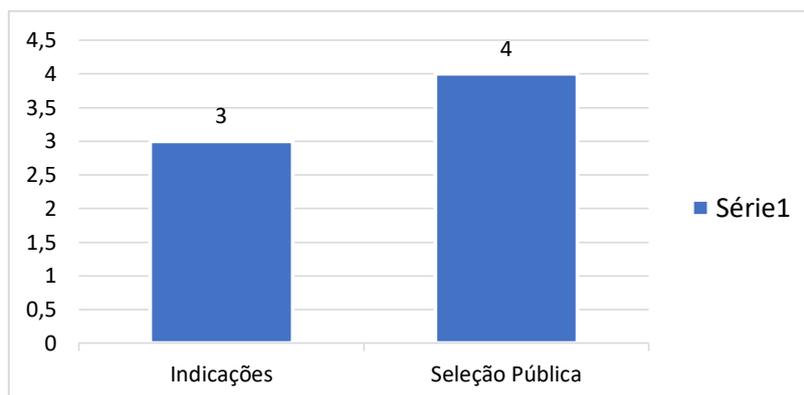
Gráfico 5 - Carga horária dos professores entrevistados



Fonte: Entrevista (2021).

Em relação a forma de ingresso na rede pública, quatro docentes relataram ter ingressado na unidade escolar através de seleção pública, se submetendo a uma prova escrita e apresentação de documentos na secretaria de educação. Três professoras informaram que ingressaram por intermédio de indicação de amigos ou da gestão para lecionar na unidade escolar, o que demonstra que não há um processo homogêneo nesse tipo de contratação, tendo uma variação de contratos de acordo com a demanda e necessidade da secretaria de educação.

Gráfico 6 – Forma de ingresso dos professores entrevistados



Fonte: Entrevista (2021).

Em relação a duração do contrato, cinco professoras relataram ser de dois anos, prorrogáveis por mais dois, mesmo sendo o contrato do tipo emergencial. Uma professora especificamente revelou que era relativo, em torno de três a quatro meses, mas que não se lembrava exatamente a duração do seu contrato e uma outra docente afirmou que o seu contrato era de três anos. Ou seja, o tempo médio de duração do contrato pelo REDA se dá pelo período de dois anos, podendo prorrogar pelo mesmo período na maior parte dos casos relatados, tanto na modalidade seleção pública como na emergencial e apenas em um caso específico, uma professora relatou ter sido contratada por um período inferior aos demais contratos por um período de três a 4 meses.

Conforme os relatos das docentes, verificamos que os contratos REDA tanto no modelo emergencial como por seleção pública, ocorrem por tempo determinado, o que revela a natureza transitória desses contratos, o que gera um sentimento de insegurança e angústia para os professores pois não sabem o que poderá acontecer na sua vida profissional, assim que este contrato for encerrado. Observamos estes elementos através da análise de Araújo et al (2017) em que a precarização do trabalho, tem sido percebida como uma das consequências mais visíveis da flexibilização do mercado de trabalho, que determina a proliferação de formas de emprego de caráter flexível, das novas formas de contrato e do declínio da oferta de empregos típicos/permanentes. Essa realidade é relatada na fala da professora:

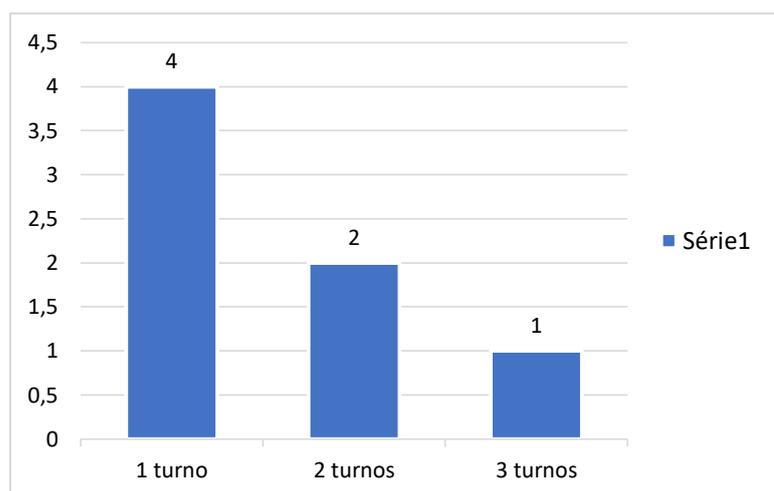
É muito relativo, o meu contrato especificamente era de 3 meses ou 4, não lembro exatamente o tempo, mas ele poderia ser renovado pelo mesmo período, por meses. Mas é possível também que o contrato emergencial dure um pouquinho a mais, mas o meu especificamente só durou alguns meses. Se for um outro professor eu creio que é necessário fazer um novo contrato, mas eu não tenho certeza. (PROFESSORA ENTREVISTADA N° 1, 2021).

Com relação ao quesito quantidade de turnos de trabalho, quatro docentes, apontaram que trabalha um turno, enquanto duas professoras alegaram trabalhar dois turnos, sendo que uma docente especificamente informou que leciona um turno na rede pública e o outro na privada e apenas uma professora leciona em três turnos. Observamos que uma determinada professora alegou que trabalhava de acordo com a necessidade das escolas e que já chegou a trabalhar os três turnos.

De acordo com Antunes (2006) a reestruturação produtiva, fez com que a força de trabalho se tornasse mais heterogênea, os contratos de trabalho mais diversificados e precários e as relações de trabalho mais complexas. Com isto, evidencia-se um processo de maior vulnerabilidade da classe trabalhadora, com uma efetiva e crescente redução dos seus direitos sociais, implantação de aparato tecnológico nas empresas, aumento da carga horária e redução de salários.

Podemos apontar este processo analisado por Antunes (2006) conforme a variedade de contratos REDA, com professores que trabalham em turnos diversos, ilustrando o processo de flexibilização do trabalho docente, evidenciando a natureza predatória destes contratos e fazendo com que os professoras se submetam aos ditames da secretaria de educação.

Gráfico 7 – Quantidade de turno de trabalho dos professores entrevistados

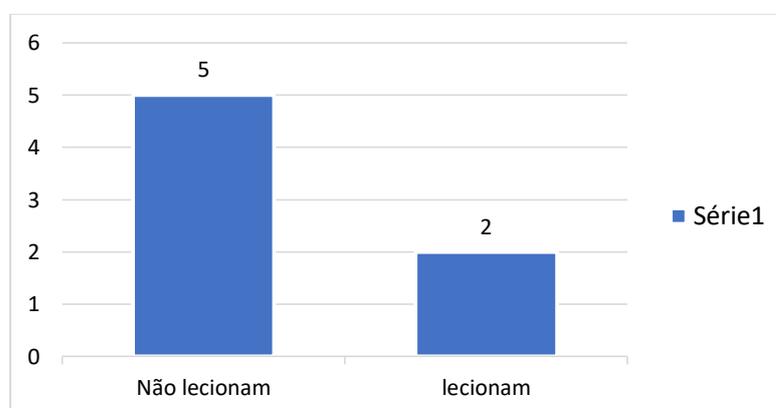


Fonte: Entrevista (2021).

Uma das entrevistadas também revela que a quantidade de turnos varia de acordo com a necessidade da instituição quando fala que “Depende da necessidade e distribuição dos horários, em 2019 trabalhei os três turnos em escolas diferentes” (PROFESSORA ENTREVISTADA N° 2, 2021).

Com relação a lecionar em outras escolas pelo REDA, cinco docentes responderam que somente trabalhava em uma única escola e duas professoras relataram que lecionam em mais de uma escola da rede pública através do REDA.

Gráfico 8 – Possibilidade de atuação dos professores entrevistados em uma segunda escola



Fonte: Entrevista (2021).

De acordo com Pavan et al (2016), este processo está presente através das políticas neoliberais adotadas pelos governos, pelo advento da

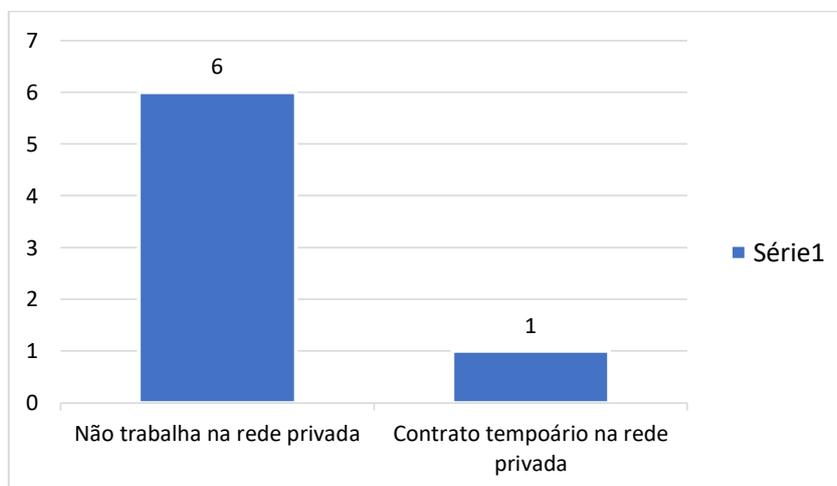
intensificação do trabalho do professor, se vendo muitas vezes obrigado a lecionar três turnos e em diversas escolas, devido aos baixos salários recebidos.

No tocante a lecionar na rede privada, cinco professoras disseram que não trabalhava em escola privada e duas docentes mencionam que trabalhava em uma escola da rede privada, sendo que uma delas informou que era temporária na escola particular. Podemos observar com isto, que a precariedade dos vínculos se estende também na rede privada, com contratações temporárias de professores por um curto período, demonstrando a intensificação dos contratos de trabalho docente.

De acordo com Junior e Oliveira (2019) pelo fato destes professores não gozarem de nenhuma estabilidade profissional, ou seja, são contratos de natureza transitória, evidenciamos um processo de perdas trabalhistas para os servidores contratados pelo REDA e trabalhadores contratados temporariamente.

Conforme as observações de Druck (2011) as formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção precários e sem proteção social. Este panorama, tem causado um efeito desolador no mundo do trabalho e como consequência deste processo, formas cada vez mais flexíveis e precarizadas de emprego para a classe trabalhadora.

Gráfico 9 – Vínculo dos professores entrevistados com a rede particular



Fonte: Entrevista (2021).

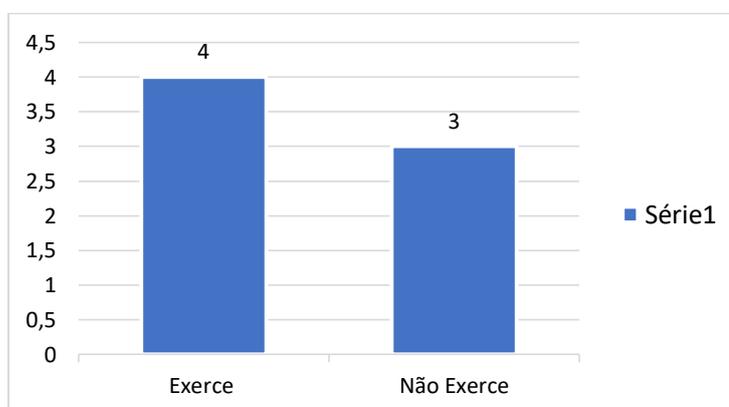
Foi perguntado ainda se os docentes gostavam de lecionar, sendo respondido que sim por todas as docentes entrevistadas. Cada uma das sete docentes revelou que se identificava com a atividade docente, uma delas especificamente relatando exercer a atividade docente como vocação, uma outra professora alegando que exerce a atividade por amor e outras duas docentes apontando que aprendem muito em sala de aula ensinando os seus alunos.

Sim. Acho que o profissional da educação segue na carreira por amor. Socializar conhecimentos é muito prazeroso, venho de uma família de educadores, resultado de tanto amor pela educação (PROFESSORA ENTREVISTADA Nº 3, 2021).

Segundo Souza et al (2020, p.4) “Outra característica destacada do trabalho docente é a afetividade presente no ensino, a qual pode funcionar como elemento facilitador ou bloqueador do processo de ensino aprendizagem”. O elemento afetividade está presente em algumas respostas aferidas na entrevista, em que algumas professoras relataram lecionar por amor a profissão.

Com relação a realizarem outra atividade remunerada além de lecionar, cinco professoras responderam que não realizam, fora a docente e duas professoras que responderam que tem uma outra atividade extrassala de aula como exemplo, uma professora respondeu que dá aulas particulares nas horas vagas e uma outra docente disse que tem uma pequena empresa.

Gráfico 10 – Exercício de outra atividade remunerada dos professores entrevistados



Fonte: Entrevista (2021).

Podemos observar com as respostas dadas, é que alguns professores contratados pelo REDA por terem mais responsabilidades com família e outras situações específicas, tem que realizar uma outra atividade paralela à atividade

no magistério, o que demonstra elementos de proletarização do trabalho docente referente à perdas salariais observadas nesse tipo de contratação, no qual verificamos que o salário é insuficiente para manter os professores realizando somente a atividade do magistério e obrigando-os a realizar outras atividades para complementar o seu sustento.

É possível constatar com estas respostas, através de Oliveira (2004) em que as questões de caráter salarial e profissional ainda são as mais pungentes nos enfrentamentos e manifestações dos profissionais da área educacional e isto pode ser evidenciado pelos elementos de precarização das condições de trabalho e renda em que os professores estão submetidos há algum tempo.

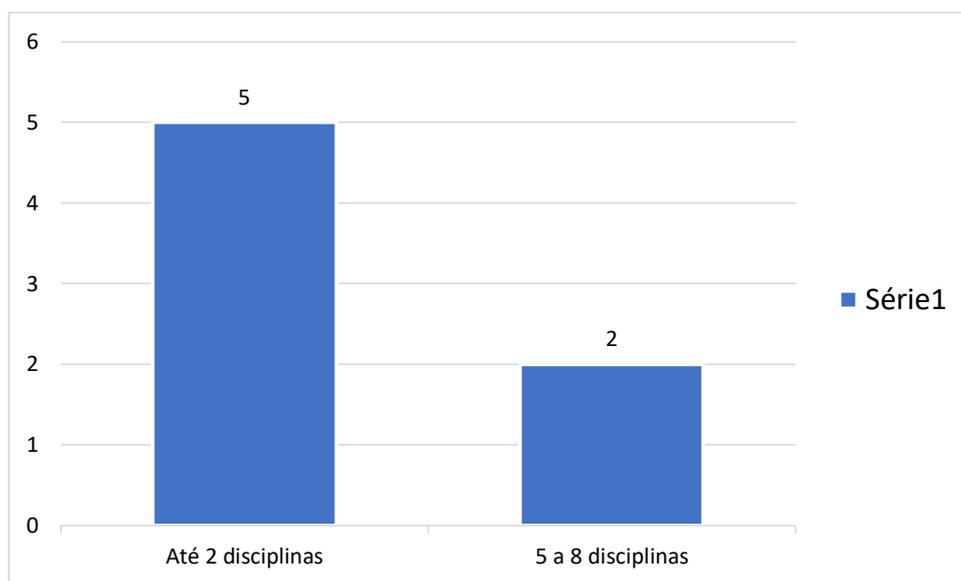
Segundo Jesus *et al.* (2019, p. 13) o processo de precarização, terceirização e flexibilização da condição docente “[...] pode ser evidenciada na falta de equidade salarial, no fato de o regime ser temporário, na carga horária de hora/aula e na impossibilidade de acesso a gratificações, em comparação com os docentes efetivos”.

Em relação a quantidade de disciplinas lecionadas, três docentes entrevistadas, lecionam duas disciplinas, uma relatou que lecionava de seis até oito disciplinas, em relação as demais docentes, as respostas foram que, uma leciona cinco disciplinas, outra professora leciona quatro e uma última que leciona apenas uma disciplina. Analisamos com estes elementos, traços substanciais de flexibilização e intensificação do trabalho docente, pois é incumbido ao professor lecionar diversas disciplinas, sobrecarregando a sua atividade profissional, fazendo com que haja perda de qualidade no trabalho docente, pois fazem com que os docentes disponham de menos tempo para a preparação das suas aulas.

De acordo com Souza *et al.* (2020) compreendemos que as condições de trabalho docente apontam uma desvalorização no espectro social e político da educação, insegurança, instabilidade nos contratos de trabalho, além de problemas relacionados à carga horária excessiva, fazendo com que não apenas prejudiquem o trabalho dos professores como também no processo de aprendizado dos alunos, ocasionando aos docentes um mal-estar e um processo de adoecimento dos profissionais do magistério, devido ao fato de não conseguirem dar conta de tantas tarefas nas instituições de ensino.

Segundo Piovezan et al. (2015, p.183) “[...] a intensificação do trabalho docente é um fenômeno ocorrido nos últimos 20 anos em consequência do aumento do volume de atividades realizadas pelos professores dentro e fora da sala de aula”.

Gráfico 11 – Quantidade de disciplinas que professores entrevistados lecionam



Fonte: Entrevista (2021).

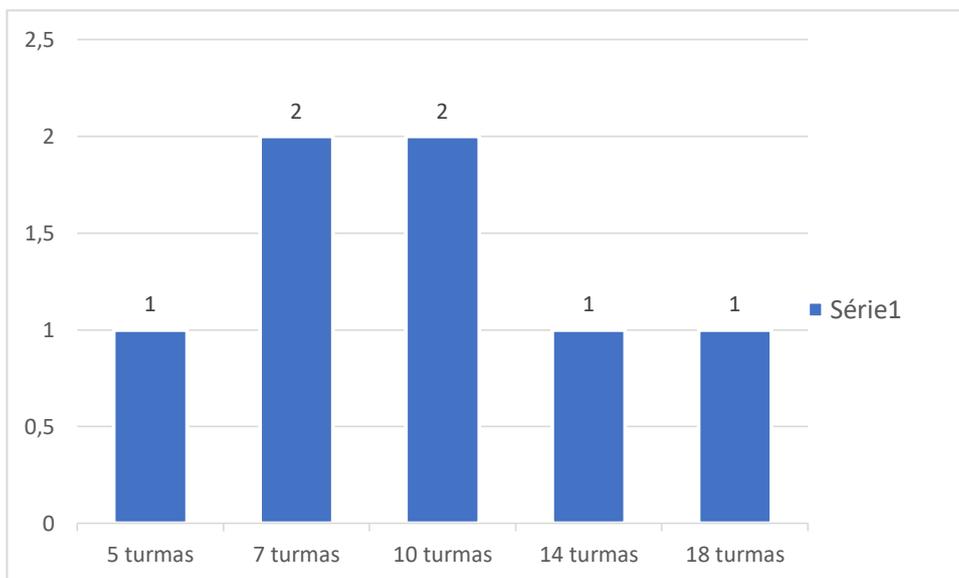
Foi perguntado as professoras se lecionavam na sua área de formação e seis responderam que sim, apenas uma professora relatou que não estava lecionando na sua área de formação.

No tocante a quantidade de turmas lecionadas, duas professoras relataram que ensinavam em quatro turmas. As demais docentes responderam unitariamente, duas, sete, dez, quatorze e até dezoito turmas. As respostas demonstram elementos de proletarização do trabalho docente, expressos por meio de sobrecarga do trabalho dos professores através da multiplicidade de turmas repassadas aos docentes contratados pelo REDA.

Conforme as observações de Piovezan et al. (2019, p.3) a flexibilização do trabalho é a ampliação das “[...] atividades laborais desenvolvidas pelos professores; e a intensificação do trabalho é a expansão quantitativa do número de aulas, turmas, alunos, turnos de trabalho e escolas em que os docentes lecionam”.

As respostas das entrevistas corroboram com as análises teóricas já referidas acerca da flexibilização e precarização do trabalho, pontuadas pela intensificação do trabalho docente, expressos pelo aumento das atividades dos professores dentro e fora da sala de aula.

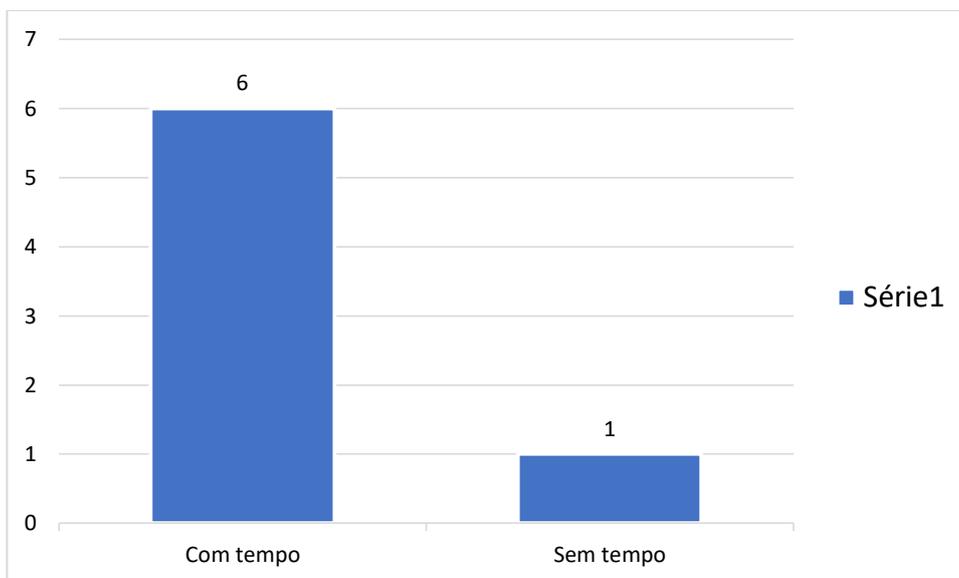
Gráfico 12 – Quantidade de turmas que professores entrevistados lecionam



Fonte: Entrevista (2021).

Foi perguntado as professoras também, se dispõem de tempo para preparação das aulas e seis professoras disseram que sim devido a trabalharem apenas 20 horas. Somente uma professora afirmou que chegava muito cansada em casa e que pelo fato de trabalhar em duas escolas, não tinha muito tempo para organizar e preparar as suas atividades.

Gráfico 33 – Disponibilidade de tempo dos professores entrevistados



Fonte: Entrevista (2021).

De acordo com as respostas obtidas, a maioria dos professores REDA, que lecionam na referida escola, dispõe de tempo para realização das suas atividades pedagógicas devido a trabalharem somente um turno (20 horas) na unidade escolar.

Segundo Piovezan et al. (2019, p. 9) “[...] um dos maiores problemas da categoria docente nas últimas três décadas é o excesso de trabalho e a falta de tempo para dedicar-se ao aprimoramento na profissão”. Embora não tenhamos este elemento mencionado na pesquisa, devido a maioria das professoras lecionarem em apenas um turno na unidade escolar, é um fator a ser considerado para elucidar elementos de precarização do trabalho docente.

Outra questão levantada nas entrevistas foi saber se as professoras consideram a sua remuneração justa e compatível com a função em que exercem. Todas responderam que não. Cinco docentes relatando que consideram o salário muito baixo, pois afirmam que muitas vezes tem que passar a noite corrigindo provas e outras atividades pedagógicas da escola e o salário seria incompatível com tantas atividades extraclasse. Na análise da entrevista,

foram encontrados elementos que embasam essa pesquisa sobre a precarização e proletarização da atividade docente, traduzidos pelos baixos salários ofertados aos professores contratados pelo REDA.

Segundo Araújo et al. (2017) Desta forma evidenciamos o acréscimo de trabalhadores que se encontra em situação de precarização ou em más condições de trabalho, o que demanda uma expansão do universo de trabalhadores alienados de seus direitos e submetidos a condições de trabalho instáveis e prejudiciais.

Apontamos também através das análises de Araújo et al. (2017) que os modos flexíveis de trabalho, são em grande parte instáveis e mal pagas. Por esta maneira, em vez de contribuírem para o progresso da vida familiar, podem causar deletérios problemas financeiros e de planejamento futuro para os trabalhadores contratados por estes modelos. Estes elementos podem ser comprovados pelas respostas dadas pelas professoras entrevistadas e que fazem parte desta pesquisa.

Nas entrevistas foram perguntados sobre os pontos fracos do REDA para as docentes. Quatro docentes apontaram como elemento preponderante o quesito remuneração, considerada injusta. As três demais professoras se dividiram citando cada uma, algumas questões como dos direitos trabalhistas referentes ao auxílio transporte, alimentação, adicional por difícil acesso, além também da falta de estabilidade profissional.

O que observamos nas respostas dadas são elementos de flexibilização do trabalho docente e de insegurança nos contratos REDA, embasados por baixos salários pagos aos professores, fragilidade e exclusão de direitos trabalhistas por parte destes contratos temporários e tempo determinado para o término, gerando um sentimento de insegurança e incerteza quanto ao futuro profissional nos docentes.

Conforme Oliveira (2004) o crescimento dos contratos temporários nas escolas da rede pública de ensino tem ocasionado um quadro cada vez mais grave de instabilidade profissional e precarização do trabalho do magistério, através da política de arrocho salarial, desrespeito ao cumprimento do piso

nacional em alguns estados, ausência do plano de cargos e salários, além da deterioração das garantias trabalhistas e previdenciárias.

De acordo com Antunes (2011) o que podemos denominar os *modos de ser* da informalidade tem como elementos, uma ampliação proeminente de trabalhos submetidos a contínuos contratos temporários, sem nenhuma estabilidade, sem registros em carteira, em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na categoria de desempregado.

Nas entrevistas foram abordadas também a pergunta sobre quais os pontos fortes do REDA. Quatro professoras relataram como elemento relevante, a inserção no mercado de trabalho e poder pagar as suas contas como principal ponto essencial do contrato pelo REDA. As três demais docentes elencaram fatores como saber a duração do contrato, não se preocupar em ficar desempregada durante o período até o encerramento do contrato e receber benefícios propiciados por este tipo de contratação. Uma docente especificamente, afirmou que o ponto forte mais relevante para ela, seria está trabalhando na função que gosta de exercer.

As respostas obtidas apontam um processo de proletarização da categoria dos professores temporários, se submetendo a aceitar quaisquer condições de trabalho para não ficar desempregada ou para arcar com as suas despesas, revelando a natureza prejudicial destes contratos temporários a qual os professores REDA estão submetidos na maioria das vezes por falta de opção no mercado de trabalho ou para obter experiência no seu currículo profissional.

Conforme Jesus et al. (2020) em um panorama de desemprego e precarização do trabalho, os trabalhadores muitas vezes são obrigados a aceitar acordos informais de trabalho, pois são ameaçados pelos seus patrões, adquirindo novas demandas de serviço, para se manterem nos seus empregos.

Segundo Abonizio (2012) as condições de trabalho no magistério não estão relacionadas com o sucesso da profissão docente devido aos profissionais da área educacional, se depararem com uma difícil realidade como trabalho em diversos turnos, salários precários, trabalhos além da sala de aula, condições físicas deficientes nas escolas, assim como contratos de trabalho por tempo determinado.

De acordo com Franco *et al.* (2010, p. 4) “[...] a forte pressão de tempo somada à intensificação do controle ou da instrumentalização do medo à demissão conduzem à intensificação do trabalho”. Ou seja, corroborando com as respostas elencadas sobre os pontos fortes, a maioria das professoras relataram que é melhor estar trabalhando contratada pelo REDA do que está desempregada, com isto, observamos que o medo da demissão, leva os profissionais a aceitarem quaisquer condições de trabalho para não ficarem sem o emprego.

Outra questão levantada nas entrevistas foi se as docentes mudariam algo no contrato do REDA. Três docentes relataram que precisaria equiparar mais os salários com o dos professores efetivos. Duas abordaram que trabalham sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas como alimentação, transporte, plano de saúde e difícil acesso. Outras duas professoras apontaram que o Estado poderia abrir mais concursos para contratação de efetivos e equiparar a carga horária dos professores contratados pelo REDA, devido a esta ser superior à dos professores efetivos e que deveria se adequar também a sua rotina de trabalho. Uma das professoras especificamente acrescentou que deveria ter uma cláusula contratual que efetivasse os professores contratados pelo REDA através de mérito por tempo de serviço e desempenho profissional.

De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, se observa que os professores do REDA têm salários mais baixos e uma carga horária superior ao dos professores estatutários do Estado, comprovando traços de precarização e intensificação do trabalho docente, exclusão dos direitos trabalhistas e previdenciários e elementos de exploração da mão de obra contratada através do REDA.

Segundo Tosta (2009) os trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, abarcam os domésticos, os assalariados sem carteira assinado do setor privado, os autônomos do setor público e os assalariados sem carteira assinada no setor público. A utilização destes elementos descreve os trabalhadores que se encontram desamparados do ponto de vista da proteção social do emprego regulamentado.

Foi perguntado as docentes se o contrato REDA causavam valorização ou desvalorização profissional. Eis algumas respostas relevantes:

Eu acho que acaba desvalorizando a gente assim, que nem eu entrei, pra quebrar um galho em uma escola, mesmo quando a gente entra, a gente acaba entrando porque algum professor está se afastando, então acaba sendo como um quebra galho e não tipo como professor, até no ambiente dos professores, acho que lá eu nunca tive represália nenhuma. (PROFESSORA ENTREVISTADA N° 4, 2021).

Existe várias questões sobre o termo valorizado, se eu pensar no colégio que eu estava trabalhando eu fui muito bem recebida, muito bem acolhida pelos professores então eu sim recebi o valor humano o valor também dos alunos, então nesse quesito não tenho o que reclamar porque onde eu fui designada onde eu segui função fui extremamente bem recebida então fui valorizada nesse quesito. Agora em questão de regulamentação de valor sobre atividade administrativa, sobre informação, enfim, eu acho que a secretaria ainda há muito o que melhorar, e creio que essa falta de informação que acaba desvalorizando o professor é proposital porque se o professor não tem conhecimento de todos os seus direitos e todos os seus deveres ele não vai reivindicar. (PROFESSORA ENTREVISTADA N° 5, 2021).

Cinco professoras declararam que não se sentem valorizadas devido a elementos como baixa remuneração, carga horária superior à do professor efetivo e diminuição ou mesmo falta de benefícios previdenciários e trabalhistas. Uma professora somente afirmou que se sentia valorizada enquanto profissional contratada pelo REDA alegando ter adquirido um conhecimento acerca do processo, quando fosse participar de um concurso público para efetiva e uma outra docente apontou que não se sente nem valorizada e nem desvalorizada.

Conforme as respostas dadas, os professores REDA se sentem desvalorizados enquanto profissionais da área da educação e isto se reflete em um sentimento de desvalia e incapacidade, revelando um traço de flexibilidade do trabalho docente pois estes contratos não incluem jornada de trabalho plena, trabalho por tempo indeterminado, cobertura previdenciária, contrato formal e uma remuneração regular, revelando um caráter deletério e prejudicial destes contratos temporários aos docentes.

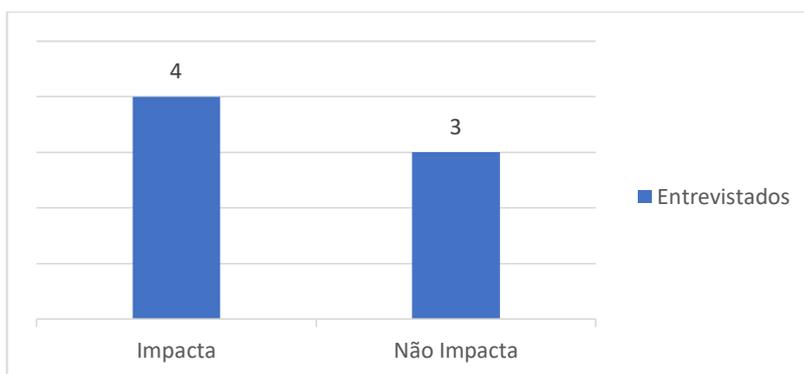
De acordo com Selligmann-Silva *et al.* (2010) a precarização do trabalho gera um sentimento de medo, insegurança, competição, incerteza, aumento da desconfiança, submissão e afetam todas as dimensões da vida social e familiar. A falta de estabilidade e a sensação de vulnerabilidade social direciona a um processo de desvalorização simbólica, com a deterioração do sistema de valores e autoestima de cada trabalhador. Esta análise coaduna com as respostas dadas pelas professoras na entrevista, em que a grande maioria relata que estes contratos não causam uma valorização enquanto profissional da área da educação.

Com relação a duração do contrato de trabalho pelo REDA, Cinco professoras relataram ser de dois anos renováveis por mais dois, uma professora respondeu ser de três meses e uma outra docente apontou ser de 3 anos. Observamos também elementos de flexibilidade dos contratos de trabalho devido aos contratos serem assinados por um tempo determinado, gerando um sentimento de incerteza profissional nos professores.

De acordo com Junior *et al.* (2019) o contrato assinado pelo REDA tem duração de dois anos podendo prorrogar por igual período, porém a administração pública poderá rescindir este contrato há qualquer momento devido a estas contratações não se relacionarem com nenhum tipo de prazo estipulado nem quaisquer garantias indenizatórias para os atores envolvidos no processo.

Nas entrevistas foi perguntado também se o REDA causa algum impacto na condição do profissional enquanto docente e as respostas foram bastante relevantes. Cinco docentes afirmaram que o REDA causava impacto nas suas atividades enquanto profissional do magistério, elencando pontos como falta de segurança e estabilidade profissional, perda de autonomia dos professores na escolha da distribuição sua carga horária, ficando à mercê da coordenação da escola e questões salariais. Já para duas professoras, os contratos temporários pelo REDA não causam nenhum tipo de impacto nas suas atividades como docentes.

Gráfico 4 – Impacto do REDA na condição profissional dos professores entrevistados



Fonte: Entrevista (2021).

Eu não quero dizer que o REDA emergencial deve ser excluído, mas ele deve ser reformulado, deve ser estudado ser analisado e posta à questão da regularização bem claro. Principalmente sobre segurança, a falta de clareza na responsabilidade, a falta de clareza na documentação, em questão financeira acaba sendo mais vantajoso para o Estado contratar um emergencial e acaba desvalorizando enquanto profissional, ficamos estudando, mestrado muitos, doutorado, outros especialização. (PROFESSORA ENTREVISTADA N° 6, 2021).

As duas professoras relataram não sentir nenhum tipo de impacto sendo docentes contratadas através do REDA, uma delas apontando como vantagem ter essa experiência contando no seu currículo para obter outras oportunidades posteriores. As respostas denotam fragilidade nos vínculos e exclusão de direitos trabalhistas e previdenciários, além da questão da insegurança dos contratos pois pode ser reincluído há qualquer momento.

Segundo Tosta (2009), o crescimento da flexibilização do trabalho conduz à consequências além da forma de contratação dos trabalhadores, este processo corrobora uma corrosão da qualidade dos postos de trabalho e uma maior dificuldade em almejar um panorama a longo prazo para os trabalhadores. Continua Tosta (2009, p.6) “A insegurança é a consequência de uma relação de trabalho sem as garantias que foram construídas com a sociedade salarial”.

Algumas professoras responderam que os docentes contratados pelo REDA não dispõem de autonomia nas suas escolhas dentro das unidades escolares. De acordo com Jesus *et al.* (2020) um dos elementos que caracterizam o elemento autonomia para os docentes, corresponde ao sentimento de responsabilidade em um processo, para que não se sinta apenas como uma mera peça de uma engrenagem, ou o docente ter o controle acerca da sua atividade profissional e sobre as condições do seu trabalho. Ou seja, o professor ainda não tem o seu protagonismo e reconhecimento merecidos por intermédio desse tipo de contratação.

Em relação as docentes já terem tido problemas com os seus contratos pelo REDA, cinco professoras relataram que nunca tiveram problemas. Duas docentes informaram na entrevista que tiveram problemas relacionados a iniciar o contrato com um salário abaixo do piso salarial, sendo que uma especificamente conta que já foi coagida a pegar uma carga horária acima do que era determinado pela Secretaria de Educação, além de ter sido lotada em escolas muito distantes entre si. Uma outra docente entrevistada relatou que no

início do contrato não estava recebendo a sua gratificação e que teve que resolver a situação junto a Secretaria de Educação. Uma das entrevistadas relatou as seguintes palavras:

Não só tive um contrato e não teve problema nenhum. Atraso, só teve um atraso, mas foi comunicado. Quando eu entrei no CECA, a secretaria me informou que haveria um atraso pelo menos dois meses que era o tempo de fazer o cadastro de todos os professores que entraram, que foi o período que abriu vaga emergencial para todos os colégios do estado, então eles teriam que fazer o cadastro de todo mundo e que demoraria em torno deste período para fazer cadastro no colégio e só a partir desse momento que iríamos receber o salário, então eu já entrei sabendo o problema é que neste período eu tive que financiar a minha ida ao trabalho, tirar transporte do meu próprio dinheiro, recebi o reembolso mas pra poder receber o reembolso eu tive que fazer uma solicitação mostrando quais eram os ônibus que eu pegava e pelo que eu observei é uma norma não apenas para o REDA mas também o efetivo tem que fazer essa solicitação. (PROFESSORA ENTREVISTADA N° 7, 2021).

Das sete docentes entrevistadas, duas, conforme o que foi apurado, relataram ter tido problemas com o seu contrato de trabalho pelo REDA.

Gráfico 5 – Existência de problemas com o contrato REDA dos professores entrevistados



Fonte: Entrevista (2021).

Segundo Franco *et al.* (2010), o processo de flexibilização denota um panorama de perdas de benefícios indiretos como planos de saúde, alimentação, transporte, dentre outros. As entrevistas demonstram que estes contratos pelo REDA para algumas das docentes, possibilitaram um prejuízo mesmo que momentâneo, pois estas tiveram que arcar com seus próprios recursos financeiros para se deslocarem as unidades escolares, devido a não terem recebido os benefícios a que teriam direito.

A última pergunta para as docentes entrevistadas foi em relação as expectativas para o futuro enquanto profissionais da área da educação. Todas responderam que o maior desejo é se tornarem efetivas através da realização de concurso público, pois os contratos realizados através do REDA não garantem estabilidade profissional, direitos trabalhistas e previdenciários, carga horária compatível com as suas funções e salário adequado a sua prática profissional, constatando flexibilização e precarização e intensificação da atividade docente.

Corroborando com as respostas das professoras entrevistadas, um dos principais fatores que caracterizam a precarização dos contratos pelo REDA, é a natureza transitória o que representa uma das mais relevantes perdas trabalhistas para os trabalhadores contratados por estes modelos. O término da estabilidade dos vínculos empregatícios influencia na instabilidade na vida dos profissionais do magistério e na sua atuação como docente, caracterizando um elemento sólido da precarização das relações trabalhistas através do REDA.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacamos ao longo deste trabalho, nosso propósito principal foi refletir sobre o processo de flexibilização e precarização do trabalho em curso na área da educação. Observamos ao longo do trabalho, que o processo de globalização do capital, na contemporaneidade, ocasionou um novo contexto nas relações de trabalho, emprego e renda da população, propiciando a formas precarizadas de trabalho, gerando novos formatos de contratos, diminuição na oferta de postos de trabalho formais e ocasionando a um processo de flexibilização do mercado de trabalho no Brasil.

Demonstramos através de elementos teóricos, dados secundários e entrevistas que existe um processo de flexibilização e precarização do trabalho docente no Brasil e que se tornou mais evidente a partir da introdução da doutrina neoliberal no país na década de 1990, através do governo Fernando Henrique Cardoso, embora houvesse traços de proletarização do trabalho dos professores desde o período da ditadura militar.

O processo de proletarização do magistério, iniciou-se no período da ditadura militar com o aumento da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, motivando a uma evidente ampliação da escola fundamental, exigindo com isto, uma rápida formação dos professores. A combinação entre crescimento quantitativo, formação célere e arrocho salarial, provocou uma maior deterioração nas condições de vida e de trabalho dos docentes do ensino básico no país.

A reestruturação do Estado através das reformas administrativas adotadas no governo FHC na década de 1990, tinham como objetivos principais, o enxugamento da máquina estatal, propiciadas pela diminuição dos custos da máquina, com a redução do quadro de pessoal, demissões, privatizações, terceirizações, diminuição dos salários pagos e corte de benefícios. Outro elemento relevante no processo de reestruturação do Estado foi a flexibilização e precarização das relações de trabalho, através da adoção de formas de contratação atípicas e sem realização de concursos públicos. Estes novos formatos de contratos, tem prazo determinado, temporários ou através de

prestação de serviço e com uma remuneração diferente dos padrões estabelecidos nos planos de cargos e salários.

Estes novos modelos de contratos de trabalho se configuram nas mais variadas formas de precarização do trabalho e do crescimento da informalidade, evidenciando um processo de destrutividade do mundo do trabalho formal, regulamentado.

Diante deste cenário de precarização do trabalho, podemos mencionar os profissionais do magistério que realizam suas atividades através de contratos de trabalho temporários, evidenciando um processo de flexibilização das relações de trabalho docente.

A flexibilização do trabalho docente decorre do aumento das atividades laborais realizadas pelos professores e a sua intensificação se realiza por intermédio do aumento efetivo no número de aulas, alunos, turmas, turnos de trabalho e quantidade de escolas em que os docentes lecionam. Também se configura este processo de flexibilização do trabalho docente, através da participação dos professores em projetos e eventos da escola, transformando-os em profissionais multitarefa e polivalentes.

Na Bahia, as reformas trabalhistas na área docente e sob a ideologia neoliberal, ocorreram na década de 1990, por intermédio da implantação do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) na gestão do governador Antônio Carlos Magalhães. Os contratos pelo REDA, tinham como objetivo, contratar agentes públicos em caráter temporário e sem a realização de concurso público e tinha como determinantes, a modernização do Estado.

Dentro do espectro destas formas de contratação, surgiu além do REDA através de seleção pública, uma nova modalidade ainda mais precarizada, o REDA emergencial, advindo do antigo Prestador de Serviço Temporário (PST), extinto em 2016. Este processo deriva de uma seleção simplificada em que se analisa o currículo dos candidatos e assina o contrato diretamente na secretaria de educação.

Ficou comprovado na pesquisa que tais modelos de contratação ampliam a precarização do trabalho docente pois geram uma insegurança nos profissionais do magistério, devido a sua natureza transitória, ou seja, tem um

tempo determinado, sem a estabilidade dos professores estatutários e nem qualquer tipo de indenização em caso de saída sem justa causa, além de não ter direito ao FGTS e seguro-desemprego.

Os elementos coletados pelas entrevistas com as professoras contratadas pelo REDA do Colégio Estadual Clériston Andrade, apontaram variados elementos de flexibilização e precarização do trabalho docente, demonstrando que os docentes contratados pelo REDA, tem uma sobrecarga de trabalho, turmas lotadas, carga horária excessiva, falta de tempo para organizar e preparar as atividades pedagógicas e redução ou mesmo falta de direitos trabalhistas além de baixas remunerações e insegurança devido à natureza transitória destas contratações.

O trabalho evidenciou a necessidade de aprofundamento no estudo sobre a flexibilização e precarização do trabalho docente, devido a sua relevância social, pois afeta trabalhadores com função socialmente relevante e cujo processo de flexibilização e proletarização se concebe devido à precarização dos serviços prestados à sociedade, gerando deletérias repercussões para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

- ABONÍZIO, G. **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA.** REVISTA ELETRÔNICA: LENPES-PIBID DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UEL. Edição Nº. 1, Vol. 1, jan.-jun. 2012.
- AGUIAR, M. A. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no Mec. e no Cne. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, 2019
- ALVES, T; PINTO, J. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte: **V.41 N.143 MAIO/AGO. 2011 CADERNOS DE PESQUISA**
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004
- ANDRADE, D. As políticas educacionais no governo Lula: ruptura e permanências. **RBPAE**, v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Ed. Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- ANTUNES, R. **Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000, dilemas da era neoliberal.** Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. SP: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. 2004
- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.** n.107, 2011.
- ARAÚJO, Ionara; MAIA, Paula; LUQUINI, Isabela; FERNANDES. Precarização e flexibilização do trabalho no Brasil. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 268829703, 2019.

ARAÚJO, MARLEY ROSANA; MORAIS, KÁTIA REGINA. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cad. psicol. soc. trab.** v.20, n.1 São Paulo jan./jun. 2017

ASSUNÇÃO, A; OLIVEIRA, D. INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE DOS PROFESSORES. *Educ. Soc.*, Campinas, vol 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009

AZEVEDO, Márcia Carvalho de; TONELLI, Maria José. Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros. **Revista de Administração Mackenzie - RAM**, v.15, n.13, p.191-220, mai/jun.2014

AZEVEDO, S.; MELO, M. A. A Política da reforma tributária: federalismo e mudança. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 12, n. 35, p.154-79, fev. 1997.

**BASSO, I.** Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. CEDES vol. 19 n. 44 Campinas Apr. 1998**

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, condição e ideologia. **Rev. econ. contemp.** v.2,1 n.2 Rio de Janeiro maio/ago. 2017 Epub 21-Dez-2017

BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

BORGES, Ângela. Reforma do Estado, emprego público e a precarização do mercado do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.41, p.255, 268, maio/ago. 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. (1997). **A reforma do Estado nos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado.

BRESSER-PEREIRA.L Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Rev. Adm. Pública**, v.51, n.1, jan./Feb, 2017

CADIDÉ, Maria do Carmo de Macêdo. **Contratação por tempo determinado:** o Regime Especial de Direito Administrativo - REDA e sua utilização no âmbito do Executivo da Administração Pública do Estado da Bahia. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador.

CAMPOS, Alfredo. Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXV, p. 11-32, 2013.

CORRÊA, Vera. **Globalização e neoliberalismo:** o que isso tem a ver com você professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

CORSI, F. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. **Rev. Sociol. Polit.** n.19, 2002.

[COUTO, Cláudio G.](#) e [ABRUCIO, Fernando](#). O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo soc. [online]**. 2003, v.15, n.2, p.269-301, 2003.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo: Moderna e Todos Pela Educação, 2019.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH [online]**. v.24, n. spe1, p.37-57, 2011.

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil: uma proposta de construção de indicadores**. Salvador: CRH/ UFBA/CNPq. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq, 2007/2010 (mimeo).

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Cad. CRH**, v.3, n.86, 2019.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007

DRUMOND E CASTRO, M; ARAÚJO, I; MAIA, P; LUQUINI, I; FERNANDES, G. Precarização e flexibilização do trabalho no Brasil. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29688-29703, 2019.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova [online]**. 1995, n.35, pp.73-111, 1995.

**FANUCK, Lia Celi**. O Estado, os serviços públicos e a administração de pessoal. **Cad. Saúde Pública vol.2 no.4 Rio de Janeiro Oct. /Dec. 1986**

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FILGUEIRAS, Vítor; LIMA, Uallace; SOUZA, Ilan. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. **Cad. CRH**, v.32, n.86, 2019.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, 2017.

GALVÃO, Andreia. **Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil**, Campinas: Revan, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, C. L.; LIMA, M. A. A. **NA BAHIA, QUEM VÊ CARA, VÊ COMPETÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O REDA**. In: SEMINÁRIO NACIONAL,

6; SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁTICA EDUCACIONAL, 2. Vitória da Conquista - BA, 2017. Anais.... Vitória da Conquista - BA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, p. 1-18, 2017. Disponível em:  
<http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7240/7024>. Acesso em 22/11/2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, histórias e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HERMIDA, J; LIRA.J. Estado e neoliberalismo no Brasil (1995-2018). **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**. Curitiba, v.13, n.35, p.38-63 2018.

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/legislacao/2020/portaria\\_n777\\_28092020.p](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2020/portaria_n777_28092020.p)

JESUS, Cláudia; Santos Genivaldo; Souza, Vanilton. **As Modalidades de inserção do professor nas salas de aula da educação básica do Estado da Bahia e sua relação com a autonomia docente**. In: Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC, 2019.

JUNIOR, J.A; OLIVEIRA, Isabela Fadul de. **A contratação em regime especial de direito administrativo (REDA) e seu impacto nas condições de trabalho docente: O caso dos professores da Bahia**. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 6, n. 1, jan./abr. 2019.

JUNIOR, A; BITTAR, M. **A DITADURA MILITAR E A PROLETARIZAÇÃO DOS PROFESSORES**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

JUSBRASIL. **Artigo 37 da Constituição Federal de 1988**. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/2186546/artigo-37-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 12 de jun. 2020.

KALLEBERG, Arne. **Rev. bras. Ci. Soc.** v.24, n.69, São Paulo Feb. 2009.

KREIN, José; OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vítor. As Reformas Trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Cad. CRH**, v.32, n.86, 2019.

LEME, A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbaroi**, n.32, p.114-138, 2010.

LOBO, Luís Felipe Nascimento. A precarização do trabalho docente nas escolas públicas estaduais da Bahia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR (EDUCERE), 8., 2008. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUCPR, 2008.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 466-482, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOSO, J. **Trabalho e desigualdade social no final do século XX**. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, Brasil, 1993.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Boitempo, 2002

NEVES, M. Y; SILVA, E. Selligmann. **Trabalho docente e saúde mental: a dor e delícia de ser (tornar-se) professora**. 1999. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.N

PADILHA, V. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.3, p.549-563, nov.2009 /fev., 2010.

PAULANI, L. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PAVAN, R; BACKES, J. **O processo de (des)proletarização do professor da educação básica**. Rev. Port. de Educação vol.29 no.2 Braga dez. 2016

PIOVEZAN, P; DAL RI, N. **A precarização do trabalho docente em Portugal**. Educação Unisinos 22(4):250-258, outubro/dezembro 2018, Unisinos - doi: 10.4013/edu.2018.224.02

PIOVEZAN, P; DAL RI, N. **Flexibilização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil e em Portugal**. Educ. Real. vol.44 no.2 Porto Alegre 2019 Epub 04-Abr-2019

PIOVEZAN, P. DAL RI, N. **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: 20 ANOS DE REFORMAS**. © ETD – Educ. Temat. Digit. Campinas, SP v.18 n.1 p. 178-197 jan./abr. 2016 ISSN 1676-2592

POCHMANN, Márcio. Estado e Capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **As transformações no mundo do trabalho e as repercussões na escola e no trabalho docente**. V Encontro brasileiro de educação e marxismo. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC: 2011.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 23-47, out.1999.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação**. 3. ed. Campinas: Ed. Autores associados, 1987.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ana Maria Clementino Jesus e. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, G; BARTHOLLO, R. Três caminhos para a servidão. **Soc. Estado**. v.18 n.1-2, jan./Dec. 2003.

SILVA, Ilse. **A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições**. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais** n.7, p.1-9, 2001.

SOUZA, D.O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de covid 19, **Trab. educ. saúde vol.19 Rio de Janeiro Jan. 2021**

**Epub Oct 19, 2020**

SOUZA, V.N. SANTOS, M, M. SANTOS, L. **Intensificação do trabalho docente e suas implicações na saúde de professores de uma escola municipal**. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 11, p.91235-91252, nov. 2020.

TCE. **TCE/BA aprova, com ressalvas, prestação de contas da Assembleia Legislativa**. Disponível: <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-aprova-com-ressalvas-prestacao-de-contas-da-assembleia-legislativa>. Acesso em: 02 de ago. 2020.

TCE. **Tribunal de contas do estado da Bahia - Page 274**. Disponível: [https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/relatorio\\_parecer\\_previo\\_exercicio\\_2016/files/assets/basic-html/page274.html](https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/relatorio_parecer_previo_exercicio_2016/files/assets/basic-html/page274.html). Acesso em: 02 de ago. 2020.

TOSTA, Tânia. Antigas e novas formas de precarização do trabalho: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 785-812, set./dez. 2008

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, 2016.

VASAPOLLO, L. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & debate**, v.16, n. 2, p. 368-386, 2005

VICENTE, MM. **História e comunicação na ordem internacional [online]**.  
São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

## APÊNDICE – Questionário online (professores REDA)

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **Perfil do entrevistado**

Idade

Sexo

Cor

Escolaridade/ curso (se o nível universitário for obrigatório, indicar o curso)

#### **Trajetória profissional**

01 Quando começou a lecionar na rede pública com contrato REDA?

02 Como foi o acesso ao concurso?

03 Descreva o processo seletivo.

04. Qual a carga horária semanal?

05. Atualmente quais turnos você trabalha?

06. Leciona em outras escolas da rede pública pelo Reda?

07. Leciona em escola particular?

08. Você realiza alguma outra atividade remunerada além de lecionar?

09. Atualmente leciona quantas e quais disciplinas?

11. As disciplinas são da sua área de formação?
12. Atualmente assume em quantas turmas?
13. Qual a sua quantidade de carga horária semanal em todas as escolas que você trabalha?
14. Qual a quantidade média de alunos?
15. Você dispõe de tempo para preparação das aulas e atividades da escola?
16. Você realiza atividade complementar (AC) nas escolas que leciona?
17. Considera a sua remuneração justa e compatível com a sua função como docente?
18. Quais os pontos fracos do REDA para você?
19. Quais os pontos fortes do REDA para você?
20. O que você mudaria no contrato REDA?
21. Esses contratos para você causam valorização ou desvalorização profissional? Por quê?
22. Qual a duração do seu contrato?
23. O REDA causa algum impacto nas suas condições como docente? De que forma?
24. Já teve problemas relacionados ao seu contrato com o REDA?

25. Quais as suas expectativas para o futuro enquanto professora?